

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 25-3-2019.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 183/18 (Processo n^o 1396/18), de autoria da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 187/18 (Processo n^o 1402/18), de autoria de Alvoni Medina; os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 021 e 030/19 (Processos n^{os} 0033 e 0050/19, respectivamente), de autoria de Marcelo Sgarbossa. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, André Carús, Marcelo Sgarbossa, Ricardo Gomes, Mauro Zacher, Valter Nagelstein, Moisés Barboza, Airto Ferronato, Cláudio Janta e Cláudio Conceição. Na oportunidade, foi apregoado documento firmado por Luciano Marcantônio, informando seu retorno ao exercício do mandato a partir do dia vinte e cinco de março do corrente, tendo a Presidente informado que, em consequência, encerrava, a partir da mesma data, o exercício do mandato pelo suplente Comissário Rafão Oliveira. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, Líder da Bancada do PTB, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6^o, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Dr. Goulart a partir do dia vinte e dois de março do corrente, tendo a Presidente declarado empossado em substituição, a partir do dia vinte e cinco de março do corrente, Comissário Rafão Oliveira, informando-o que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. A seguir, por solicitação de Adeli Sell e João Carlos Nedel, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma, respectivamente, a José Antônio Giusti Tavares e a Renato Ritter. Às quinze horas e trinta e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, a foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoado Requerimento de autoria de Prof. Alex Fraga e Eng^o Comassetto, deferido pela Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas n^{os} 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, e para as Subemendas n^o 01 apostas às Emendas n^{os} 01, 03 e 06, todas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo n^o 002/19 (Processo n^o 0044/19). Foi apregoada a Emenda n^o 19, assinada por Airto Ferronato, ao Projeto de Lei Complementar do

Executivo nº 002/19, e foi aprovado Requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Airto Ferronato, deferido pela Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 02, 03, 08, 09 e 19 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19. Foi apregoada a Emenda nº 20, assinada por Reginaldo Pujol, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, e foi aprovado Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 21, assinada por Cassiá Carpes, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, e foi aprovado Requerimento de autoria de Cassiá Carpes, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Cláudio Janta, à Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, e foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando que essa subemenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Alvoni Medina, José Freitas, Valter Nagelstein, Idenir Cecchim, Mendes Ribeiro, André Carús, Lourdes Sprenger, Cláudio Janta e Cláudio Conceição, à Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, e foi aprovado Requerimento de autoria de Valter Nagelstein, solicitando que essa subemenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Alvoni Medina, José Freitas, Hamilton Sossmeier, Cláudio Janta e Cláudio Conceição, à Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, e foi aprovado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando que essa subemenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento de autoria de José Freitas, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 04 e 05 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19. Foi rejeitado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por doze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Roberto Robaina, Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e João Carlos Nedel, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19 (Processo nº 0044/19), após ser discutido por Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni, Adeli Sell, André Carús, Ricardo Gomes, Professor Wambert, Marcelo Sgarbossa, Valter Nagelstein, Karen Santos, Idenir Cecchim, Engº Comassetto, Cláudio Conceição, Mauro Zacher, Valter

Nagelstein, este em tempo cedido por Mendes Ribeiro, Roberto Robaina, André Carús, este em tempo cedido por João Carlos Nedel, Mauro Zacher, em tempo cedido por João Bosco Vaz, e Cláudio Janta. Foi apregoada a Emenda nº 22, assinada por Marcelo Sgarbossa, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, foi aprovado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes, e foi apregoado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, deferido pela Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Foi rejeitado o Substitutivo nº 01 aposto ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por doze votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Mauro Zacher, Engº Comassetto e Márcio Bins Ely, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi rejeitado o Substitutivo nº 02 aposto ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por onze votos SIM e vinte e cinco votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Adeli Sell, Prof. Alex Fraga e Marcelo Sgarbossa, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovada a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, por vinte e cinco votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal solicitada por Márcio Bins Ely, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 apostada ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por vinte e três votos SIM e doze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, em votação nominal solicitada por

Mônica Leal, tendo votado Sim Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por trinta e cinco votos SIM, após ser encaminhada à votação por Cláudio Janta, Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Na oportunidade, em face da aprovação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, a Presidente declarou prejudicadas as Emendas nºs 07 e 15. Foi votada destacadamente e aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por trinta e seis votos SIM, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por um voto SIM e trinta e quatro votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aírto Ferronato e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell e Não Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de

Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por trinta e quatro votos SIM, após ser encaminhada à votação por Airto Ferronato, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 03 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, por vinte e três votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por André Carús, Roberto Robaina, Valter Nagelstein, Cláudio Janta, Airto Ferronato e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comissário Rafão Oliveira, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Nelcir Tessaro, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em face da aprovação da Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 03 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, a Presidente declarou prejudicada a Emenda nº 17 e parcialmente prejudicada a Emenda nº 21. Esteve em votação, destacadamente, a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/19, a qual, após ser encaminhada à votação por Adeli Sell, Valter Nagelstein, Adeli Sell, Engº Comassetto e José Freitas, teve sua votação suspensa em face do encerramento dos trabalhos da sessão. Durante a Sessão, Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, André Carús, Adeli Sell, Valter Nagelstein, Marcelo Sgarbossa, Ricardo Gomes, Cláudio Janta e Idenir Cecchim manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Maria do Rosário e de Fernanda Melchionna, deputadas federais, de Sofia Cavedon, deputada estadual, e de Rodrigo Maroni, deputado estadual. Às vinte horas e quarenta e três minutos, esgotado o prazo regimental de duração da sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal, Mendes Ribeiro e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal. Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham as nossas discussões de trabalho na tarde de hoje, colegas municipais que se encontram em peso não somente aqui dentro, porque houve uma significativa redução na permissão de acessos, justamente por conta do espaço nas galerias, mas entendemos que a Casa do Povo é um local de conversa, de interlocução, mas é também um local de manifestação e luta por parte daqueles que serão, na tarde de hoje, atingidos e atacados, vamos deixar às claras, pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior.

Na quarta-feira da semana passada, nós tivemos a priorização do projeto, por parte do líder do governo, o Ver. Mauro Pinheiro, do PLCE nº 002/19, que altera significativamente o nosso Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Eu, como professor do Município, percebo toda a situação dramática em que o prefeito está colocando as diferentes categorias que compõem os servidores municipais desta Cidade. É terrível perceber que não há muita sensibilidade, mas há a possibilidade de muitos vereadores e vereadoras que se encontram neste plenário na tarde de hoje de escutarem. A permeabilidade para escutar permite que a pessoa possa refletir e analisar os rumos que vai tomar em algo tão importante como é a votação deste projeto de lei. Nós lamentamos também que, em vista da desinformação, muitas pessoas estejam utilizando argumentos falsos, falaciosos e fazendo comparações muito rasas com relação ao setor primário e com relação às diferentes categorias do funcionalismo público municipal, falando que existem muitas vantagens e benefícios entre os servidores e que esses benefícios não existem na iniciativa privada. Comparando também de forma muito tosca os salários, os vencimentos dos trabalhadores da iniciativa privada com os dos servidores públicos do Município, eu não consegui encontrar de onde tiraram as estimativas de salário médio de professores e de outras carreiras do serviço público municipal. Eu tentei buscar, no portal de transparência da Prefeitura, os dados que alguns vereadores trouxeram e inclusive falaram, na audiência pública, que um professor do Município de Porto Alegre recebe em média mais de R\$ 8 mil. Isso não é verdade! Isso não é verdade! De forma alguma. E que os professores, por exemplo – vou só citar o caso da minha categoria –, recebem avanços na forma de triênios e isso não acontece na iniciativa privada. Isso acontece, sim! Eu sou professor da rede privada também, sou professor, e nós recebemos quadriênios! Muitos trabalhadores da iniciativa privada recebem participação nos lucros das suas empresas, e os servidores públicos municipais não recebem! Portanto, são trabalhos distintos, são regimes distintos, existem regramentos específicos, e o que está para ser feito aqui é justamente um ataque a esses servidores que prestam serviço público para a população de Porto Alegre. Na nossa visão – e eu falo aqui em nome da minha bancada, a bancada do PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, portanto falo em nome dos vereadores Roberto Robaina e Karen Santos –, o ataque aos servidores tem o intuito de impactar negativamente a prestação dos serviços à nossa população. Os serviços de saúde, educação, segurança, representados pela Guarda Municipal, apresentam servidores de carreira que precisam ser valorizados; caso contrário, esses ofícios, esses trabalhos vão se transformar em um bico. É tudo que nós não queremos. Nós queremos mão de obra qualificada, mão de

obra especializada, mão de obra que preste um bom serviço à nossa população. Agora, o que o prefeito faz não é somente injusto; é desumano, é desleal. O sucateamento imposto ao DMAE para que pareça que o serviço é ruim nada mais é do que uma intenção de privatizar a oferta de água e esgoto para a nossa população. É isso! Dizer que a prestação do serviço é ruim significa que não há qualidade de trabalho sendo oferecida. Há quanto tempo que não há concurso público? O quadro de RH, no DMAE especificamente, não sofre chamamentos há muitos anos, mas mesmo assim os servidores lutam contra as imposições, tentando manter a oferta de serviço de água trata e de esgoto para a nossa população.

E aí o governo diz que não tem dinheiro, e a falta de dinheiro pode ser corrigida com esse projeto, que, no primeiro ano, economizaria R\$ 16 milhões, sendo que o próprio prefeito garantiu R\$ 35 milhões de verba publicitária para este ano – R\$ 16 milhões em economia com salários e R\$ 35 milhões, previstos em orçamento, para publicidade, senhoras e senhores. Isso é no mínimo imoral! A lei do orçamento do ano passado previa um déficit orçamentário, e a dos dois anos anteriores também: déficit orçamentário, contas no vermelho. Em 2017, o superávit foi de R\$ 160 milhões; em 2018, o superávit foi de R\$ 366 milhões. Não há déficit, o que há é a intenção de atacar os servidores e fazer economia com os seus salários. O que existe é a intenção de prejudicar a oferta do serviço público para terceirizar os serviços, para achatá-los ainda mais os salários do trabalhador. O que há é a intenção real de colocar na mão da iniciativa privada para gerar lucros para poucos o serviço que é para muitos. E atentem-se ao que está acontecendo na Europa, porque, muitas vezes, o que acontece no velho mundo serve de moda ou espelho para o novo mundo. O que está acontecendo na Europa é uma onda de reestatização dos serviços, porque os serviços entregues à iniciativa privada não deram certo, são ruins, prejudicam a população; mais de 800 iniciativas estão reestatizando os serviços. A Alemanha é um exemplo, privatizou o que podia, durante décadas passadas, e, agora, pensou e está voltando atrás. É hora de nós não entrarmos nessa barca furada, porque, quando voltarmos, é muito possível que seja tarde. Um grande abraço a todos. Sigamos nossos trabalhos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo comunicado do Ver. Luciano Marcantônio, que informa seu retorno ao exercício da vereança nesta data, 25 de março de 2019. Declaro empossado o Ver. Luciano Marcantônio, que passará a integrar a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, Presidente Mônica, municipais que estão assistindo, de fato estamos hoje num dia preocupante, num dia difícil, e é um dia difícil porque é um dia em que o governo tenta consumir o ataque que vem desferindo contra o serviço público há mais de dois anos.

Aliás, o que o governo Marchezan até agora fez em Porto Alegre, a única marca do Governo Marchezan é atacar o serviço público, é liquidar o que é público – a única. E nós, ao longo dessa sessão, vamos demonstrar isso de modo exaustivo. É o governo da terceirização, é o governo da privatização, é o governo que desrespeita professor, que não dá bola para a saúde pública – porque para a saúde privada, o governo dá. Ocorre que as pessoas mais pobres são as que mais necessitam de serviço público. Nós estamos trabalhando exaustivamente, a verdade é que não paramos de trabalhar neste final de semana para tentar evitar que a Câmara Municipal se curve aos interesses deste governo autoritário, reacionário, neoliberal, antipopular. Um governo que, como muitas vezes disse o Janta, “não gosta de pobre.” E nós temos, ao longo dessas semanas, apelado para a Presidente Mônica que encabece uma negociação, que tente evitar essa catástrofe; nós temos apelado ao PRB; nós temos apelado a vários setores que até compõem a base dos independentes, para que tenham sensatez e não aceitem liquidar a carreira do servidor público, porque esse é o objetivo do governo ao liquidar o adicional de 15%, de 25%. É um governo que tem reduzido o poder de compra, que tem reduzido a remuneração líquida dos servidores. Infelizmente, o que nós temos visto aqui na Câmara de Vereadores é que tem predominado a lógica da aceitação desse governo a partir do acordo feito entre o PSDB e o MDB para garantir, a partir do Estado e a partir do Município, a vitória desse projeto neoliberal. Nós vamos resistir até o final para impedir esse desastre contra a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ainda vai chegar o dia em que o PSOL vai experimentar a gestão do Município de Porto Alegre, mas vai demorar, porque só com proselitismo e demagogia não se desenvolve um projeto de governo. Eu quero aqui fazer uma colocação e uma reflexão importante sobre o que reivindica o Ver. Robaina, quando fala em diálogo, e eu quero recuperar aqui alguns pontos. Quando nós votamos aqui nesta Casa um aumento da alíquota de cobrança do Previmpa no contracheque dos servidores – lembrando que nós fomos contrários –, foi interdito o diálogo naquele momento, a partir de que uma pequena malta de desordeiros ocupou, de forma violenta, o plenário desta Casa. Segundo, continuando na linha da interdição do diálogo, esse diálogo também foi interdito a partir do momento em que mentiras, repetidas muitas vezes na tentativa de transformá-las em verdade, foram sendo espriadas pela Cidade. Então, nós conseguimos e preferimos – falo aqui pela bancada do MDB e todos aqueles colegas vereadores que acompanharam esse diálogo – fazer uma conversa com aquelas entidades dos servidores que realmente estavam dispostas a pensar no coletivo, deixando de olhar para o seu umbigo, e querendo fazer uma Cidade melhor.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Presidente, peço que meu tempo seja garantido e recuperado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhoras e senhores, por favor, esta Presidente pede que os senhores respeitem o tempo do vereador na tribuna.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): A opção que nós fizemos pelo diálogo, com mais de 12 entidades representativas do serviço público, resultou no protocolo de emendas que vão qualificar o projeto e que preservam a integridade da carreira, porque nós não somos reféns de claque ou de aparelhos político-partidários que vivem às custas de sindicatos que lançam candidatos em outras eleições. Nós queremos o bem para a Cidade!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Para os servidores que vieram acompanhar a sessão e estão realmente dispostos a ouvir e não só aplaudir os seus patrões, que são os que eles votam, prestem atenção no conteúdo das emendas, vejam o quanto isso vai repercutir de forma positiva no salário de vocês e parem de gastar o dinheiro do Simpa, que é dinheiro público, para esculhambar a reputação de vereadores que querem o melhor para a Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde, servidores e servidoras do Município de Porto Alegre. A Cidade nos acompanha neste debate, que traz o tema da concepção e do atendimento aos direitos básicos da população, que se faz através dos serviços públicos municipais. Eu quero trazer um pouco de racionalidade aqui e lamentar que mais pessoas não possam acompanhar o debate. Eu fiz isso na audiência pública, depois que o secretário adjunto apresentou os dados, e quero repetir aqui, porque vejo muitos rostos diferentes daqueles que estavam na audiência pública, para tentar trazer um mínimo de racionalidade a este debate. Antes, quero saudar aqui a deputada Sofia Cavedon, a Maria do Rosário, a Fernanda Melchionna e o Pedro Ruas.

Eu gostaria que o Peterson, do computador, pudesse projetar.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Quero pedir a atenção dos vereadores que não acompanharam a audiência pública, porque o governo trouxe este dado que está no canto inferior esquerdo dizendo que o crescimento acumulado da folha de pagamento entre 2010 e 2018 foi de 85,7%. Esta é a apresentação do governo. Peterson, por favor. Eu pedi para o colega da Câmara fazer o percurso no *site* da Prefeitura, no *site* da Secretaria da Fazenda. Aqui, estão os documentos oficiais publicados; aqui, está o balanço das finanças. Secretaria da Fazenda do Município de Porto Alegre, página 23. Na página 23, nós encontramos, nesta segunda tabela, valores corrigidos. No período de 2013 a 2017, ali, no primeiro item, “pessoal e encargos sociais”, vocês podem acompanhar que sobe de R\$ 3.190.017,00, para R\$ 3.349.891,00. Isso dá 4,9%, e não 85%! Eu quero aqui fazer uma ressalva, três anos estão de fora aqui, 2010 a 2013; mas eu gostaria de ouvir a justificativa. O próprio secretário não respondeu isto na audiência pública: o que aconteceu nesses três anos para subir para 85%? Eu até quero admitir que, talvez, nesses três anos, tenha subido mais do que nos outros anos, mas nunca 85%.

Então, esse debate começa com mentiras. Não tem como dizer diferente – estão aqui os dados, os dados oficiais! E o governo, através de seus representantes, tem que parar de dizer que não haverá prejuízos para o servidor. Haverá agora para os servidores! Servidores já não estão sendo convocados, mesmo havendo necessidade do serviço, não estão sendo convocados; servidores que ainda não completaram os dois anos, dos regimes, não estão sendo convocados, justamente para não fecharem o seu direito, e terem depois; foram convocados até agora há pouco, em fevereiro não foram mais convocados, profissionais da educação. Então, é o exemplo claro do governo que está atacando de frente a categoria e não está dialogando! A prova está aqui, a tentativa de estabelecer o diálogo, já vem desde o início do governo, e o Prefeito está mais uma vez atacando, com uma novidade. Até a semana passada, as conversas dos vereadores no plenário diziam que – não sei se mudou, não consegui falar com todos os colegas ainda – há um direito adquirido, mas vamos pensar nos futuros, talvez os futuros... Esse era o discurso de alguns vereadores, racionais. Não sei se isso mudou. Estou com receio de que isso tenha mudado, e as mudanças, querem fazer valer desde agora.

Então, faço um apelo aqui à racionalidade. Estamos tratando aqui, deputada Sofia, do futuro de Porto Alegre, e há sim, uma chuva de ações judiciais já preparadas, caso esse projeto seja aprovado. Infelizmente, será a judicialização para aquilo que o governo não consegue fazer na política. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidenta, eu queria fazer um apelo em nome de vários vereadores que estão se questionando, inclusive, o próprio Simpa, e as deputadas Maria do Rosário, Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna, de que foi feito um acordo hoje pela manhã, com V. Exa., que teriam 230 lugares na galeria, e só entraram 115 pessoas. Por que não abrir um novo espaço? Quem sabe o Ana Terra. Nós precisamos que as pessoas que estão ali fora, no sol, ao menos, o

mínimo de pessoas possa entrar, até porque a Casa comporta. Não há por que não abrir os espaços onde é do povo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Oliboni, feito o seu registro. A resposta é que a minha visão daqui não tem só 130 pessoas, tem bem mais, porque em cada lado, à direita ou à esquerda, nós temos 130 cadeiras, e praticamente todas elas estão ocupadas.

O Ver. Cassio Trogildo, na condição de Líder da bancada do PTB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Dr. Goulart, a partir de 22 de março de 2019. A Mesa declara empossado o Ver. Comissário Rafão Oliveira, nos termos regimentais, e integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O Ana Terra está vazio. Não era o acerto?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Roberto Robaina, feito o seu registro. Eu obedeço, rigorosamente, o protocolo de segurança desta Casa, por isso não abri o Plenário Ana Terra. Nós temos muitas pessoas aqui, mais vereadores, mais assessores, mais a imprensa, exatamente o número que o protocolo de segurança me permite, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mas a senhora concorda comigo que houve um acordo para abrir...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Houve um acordo, o acordo está sendo cumprido. Tem 230 pessoas nas galerias. Foi exatamente isso que foi combinado.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): E o Ana Terra aberto. Esse foi o acordo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Plenário Ana Terra aberto era para audiência pública.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado, Sra. Presidente. Não vou usar os cinco minutos a que tenho direito, nem iria falar em tempo de liderança, porque nós teremos uma longa discussão sobre o projeto com a quantidade de emendas, mas o Ver. Marcelo Sgarbossa, com o dado que nos traz, nos obriga a vir a esta tribuna, vereador, porque V. Exa. ignorou solenemente uma linha daquela tabela que V. Exa. abriu, que dizia “valor atualizado pelo IPCA”. Como é possível que tenha crescido apenas 4%, que é o que diz o vereador, se em 2013, além dos triênios, além dos avanços, além do chamado crescimento vegetativo da folha, o reajuste votado nesta

Casa, resultado da negociação coletiva, foi 6,49%? Em 2014, 6,28%; em 2015, 8,17%; em 2016, 9%; e votado em 2016, para valer em 2017, 4,80%; ou seja, só no reajuste que foi negociado, foi 39% acumulado. Trinta e nove por cento de acumulação, além do crescimento vegetativo...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, peço que assegure meu tempo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhoras e senhores, por favor, solicito que permaneçam em silêncio enquanto o Ver. Ricardo Gomes faz a sua fala na tribuna, após os senhores terão um tempo para as suas manifestações. Obrigada.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado, Sra. Presidente. Então, Ver. Sgarbossa, o PT é um partido que tem uma tradição, presidiu a República, teve quatro prefeitos de Porto Alegre, eu tenho certeza que algum ex-secretário da Fazenda lhe ajudaria a ler melhor os dados que estão no portal da Prefeitura. O que V. Exa. disse simplesmente não é verdade, como não é verdade boa parte dos argumentos que têm sido levantados, como boa parte do terrorismo que tem sido feito sobre grande parte dos servidores, especialmente dos aposentados, simplesmente não é verdade. É possível fazer uma discussão, V. Exa. vai defender o lado que lhe interessa, mas é possível fazer uma discussão desse projeto sem a quantidade de mentiras que estão ditas por esses sete vereadores da bancada do Simpa, porque é óbvio que o Simpa apoia esses dois partidos que aqui estão...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, eu acredito que nós, em que pese tenhamos siglas e diferenças partidárias, algo em comum, que é a educação, todos aqui têm. Por favor, respeitem o tempo do vereador na tribuna, independente do partido. Obrigada.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Dizem que será meu último mandato. Tenho certeza de que não fiz nem um voto entre os senhores que estão aqui. Não os represento, diriam vocês. Agora, peço aos vereadores e à população que nos assiste para colocar em perspectiva o tamanho da Cidade, porque a proporção na cidadania não é esta que está aqui.

Somos 1,5 milhão de porto-alegrenses e são 230 cadeiras aqui; se cada cadeira representasse 6,5 mil porto-alegrenses – porque essa é a proporção –, teriam cinco cadeiras do Simpa aqui, e as outras 225 estariam representadas por pessoas que pagam a conta. Essa galeria dividida pela metade não simboliza a população de Porto

Alegre, vocês teriam cinco das 230 cadeiras desta galeria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Ricardo Gomes.

Eu gostaria de passar uma informação para os senhores e senhoras: tendo em vista o acordo na reunião de líderes, nós entraremos direto na Ordem do Dia. Também registro que o tempo será marcado com rigor, os cinco minutos, para que possamos debater e votar as emendas e o projeto. Faço um apelo para que respeitem o tempo por meio daquele computador que está ali.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica, eu queria restituir o meu direito à fala, porque, quando eu estava falando, o painel parou de funcionar, e isso foi um prejuízo enorme, porque a senhora perdeu o controle do tempo, e me interromperam antes de eu terminar os meus cinco minutos regimentais. Então, eu peço meu direito à palavra, palavra que eu não tive garantida nos cinco minutos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Robaina, eu gostaria de lhe passar uma informação. Quando estragou o painel, o Ver. Mauro Pinheiro estava com o celular marcando o tempo, então eu fico com a sua palavra e a palavra do Ver. Mauro Pinheiro.

Gostaria, então, de considerar. Vamos conduzir o Ver. Roberto Robaina...

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Com base no que disse o Ver. Roberto Robaina, que eu o sucedi na tribuna, também não tive contado o tempo, foi um prejuízo enorme, consideradas também as interrupções que, aliás, são essas interrupções que nós vamos agora concluir o encaminhamento formal à Mesa, porque muitas das interrupções e o que está sendo verbalizado aqui representam ameaça à integridade dos vereadores e a tipificação do Regimento e até mesmo no Código Penal pelo que tem sido dito aqui. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (MDB): Boa tarde, servidores do Município que se encontram aqui nas galerias, colegas vereadores. Nós iniciamos mais uma tarde de longo e duro debate. Queremos, aqui, debater um dos projetos que mais terá embate devido ao que mexe equivocadamente na carreira dos municipais.

Eu tenho reforçado aqui – nada tenho a falar em relação a outras bancadas, somente à nossa – que posso garantir aos servidores da Casa, do Município que o PDT, com a sua bancada de três vereadores, manterá a sua coerência, a sua postura e, acima de tudo, o seu compromisso com os nossos servidores do Município, mas sobretudo

com a garantia do diálogo, da possibilidade de construir caminhos e soluções. Nós sabemos muito bem que o momento obriga os gestores a fazer cortes, a oferecer remédios amargos. Nós temos a convicção que os caminhos que nós iremos buscar para sairmos de uma crise que já se vão mais de quatro ou cinco anos, passa essencialmente por um acordo, por uma pactuação entre o Executivo e aqueles que fazem e garantem os serviços públicos da Cidade que são os nossos servidores. Dito isso, quero reforçar que, para que pudéssemos ter uma audiência pública, tivemos que ir à justiça. E ocorreu, na última quinta-feira a audiência pública, em que tivemos uma ampla participação de algumas entidades e pessoas que aqui trouxeram a sua contribuição. Equivocadamente, o Município manda seu representante, que não só apresenta dados que comprovadamente são infundados, como também não tem a menor disposição de fazer bom, belo e necessário debate com os nossos servidores.

Então, quero reforçar esta primeira questão: a falta de diálogo que esta Casa jamais, na sua história, viu!

A segunda questão: quero registrar aqui aquilo o nosso presidente da associação dos procuradores, César, que talvez esteja aqui na Casa, acompanhando a votação de hoje, registrou – aliás, demonstrou a esta Casa, aos vereadores e àqueles que se apresentaram: o risco, que evidentemente acontecerá, desse grande passivo trabalhista que esta gestão deixará para as próximas gestões do Município.

A terceira questão que tem que ser discutida, sobre a qual tentamos trazer ao bom debate nesta Casa, é sobre o direito adquirido. Isso não foi, em nenhum momento, reconhecido, em nenhum momento, foi trazido aqui pelo Executivo; pelo contrário, vamos passar o rodo, temos a maioria, e faremos, assim, o corte que nós gostaríamos de fazer desde o início deste governo.

A quarta questão fundamental, importante para este debate, é o nosso plano de carreira, para aqueles que estão nesta Casa hoje, mas que foi aqui aprovado por esta Casa, em vários anos, um avanço, uma qualificação, um reconhecimento da necessidade e importância de um plano de carreira aos nossos servidores. Nós queremos passar por este momento difícil pelo qual a Prefeitura passa, mas passar com os nossos servidores reconhecendo que aqueles que recorreram ao concurso público, quando lá estava garantida uma carreira... Estaremos hoje, se passar o PLCE nº 02/19, acabando com a carreira dos nossos municipais.

Então, quero deixar aqui registrada não só a posição da bancada do PDT – Ver. João Bosco Vaz, do nosso líder, Ver. Márcio Bins Ely –, mas também nós temos muitos vereadores que estão indecisos. Nós vivemos um momento de fortalecimento e independência dos Parlamentos, e este é o dia que esta Casa pode dizer que tem a sua independência, que tem a sua autonomia, que não deixará que o Executivo venha a tomar as decisões sozinho para o nosso Município. Vereadores que estão aqui foram eleitos pelo povo, foram eleitos para tomarem as melhores decisões, e a melhor decisão será rejeitar o PLCE nº 002/19. Vamos à luta! Vamos à vitória!

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Presidente, esperamos que não seja necessário, é uma determinação de V. Exa., mas o art. 231 do nosso Regimento Interno, no seu parágrafo único diz (Lê.): “No caso de proferimento de ofensas pessoais a vereador, de parte de pessoa que se encontre nas galerias dos plenários durante as sessões e demais atos oficiais realizados nesses espaços, o presidente dos trabalhos da Câmara Municipal determinará a retirada do ofensor pelo Serviço de Segurança”. Para preservar a integridade dos vereadores e também para não criar uma sensação de impunidade a quem vem aqui ofender os vereadores.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. André Carús, feito o seu registro, e quero que o senhor fique tranquilo que esta Presidente tomará as devidas providências tal qual está no Regimento Interno.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para prosseguir sua manifestação em Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigada, Presidente Mônica, é evidente que não poderia ser o Ver. Mauro Pinheiro a controlar o meu tempo, por isso solicitei que me reconstituísse o tempo certo. Nós estamos insistindo, eu quero completar: nós fizemos um esforço de convencimento de que a Câmara Municipal não pode se curvar aos interesses de um governo municipal autoritário, um governo municipal que não negocia e que quer impor na cidade de Porto Alegre a liquidação do serviço público. O conteúdo dessa liquidação é o fim do plano de carreira, é isso que está em jogo. Nós já tivemos partidos que deixaram clara a sua posição contrária ao projeto – é o caso do PSOL, do PT, do PDT. O Ver. Janta vai usar a palavra para colocar a posição do Solidariedade, que tenho certeza de que vai ser contra esse projeto. O PSB, espero também que tenha essa compreensão. Mas há vereadores que se colocaram, durante os últimos dois anos, numa posição independente. Nós, até agora, estávamos insistindo, e também insistindo com o PRB para que não vote com o governo. O PRB não tem motivos para aceitar o acordo feito entre o PSDB e o MDB, porque é isso que mudou, Pedro Ruas, que está aqui conosco, nossa liderança. Ocorre que o Eduardo Leite e o Sartori disputaram o segundo turno da eleição, o Sartori perdeu, mas, imediatamente, o MDB compôs, imediatamente, a base do governo Eduardo Leite e, aqui no Município de Porto Alegre, os vereadores do MDB, agora, votam com o governo sempre! Mas o PRB não precisa fazer isso! Esse é o apelo que nós fazemos. Porque essa destruição do plano de carreira vai atingir os mais pobres. E se vai atingir os mais pobres, os vereadores que são pastores têm que perceber que a sua base social é de gente pobre. Não é possível que não percebam que liquidar a carreira dos servidores vai significar, sim, reduzir a capacidade dos serviços e, portanto, afetar os mais pobres. Por isso, faço um apelo, até o final, para que se derrote esse pacote antipopular do prefeito Marchezan!

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, qual foi o critério utilizado – imagino eu que algum critério eletrônico – para restabelecer o tempo em três minutos do Ver. Robaina? Porque eu também tive, então, prejuízo temporal na minha fala, que foi logo depois da dele, uma vez que o cronômetro não estava funcionando.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. André Carús, esta Presidente parte do princípio de acreditar na palavra dos vereadores, se o senhor se acha também prejudicado em dois minutos, o senhor terá o mesmo tempo, o senhor pode utilizar a tribuna.

O Ver. André Carús está com a palavra para prosseguir sua manifestação em Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente Mônica, Ver. Valter Nagelstein, nosso colega de bancada, eu vou fazer um plágio autorizado do que nós conversamos ali agora, que foi uma linha de raciocínio desenvolvido por Vossa Excelência.

Ver. Robaina, não nos jogue contra os servidores cada vez mais. A sua estratégia de atribuir uma eventual aprovação do projeto ao MDB é equivocada, totalmente. Nós estamos, desde o princípio, dispostos a dialogar; agora, se for para entrarmos numa disputa de que o MDB vai ser o grande fiador do novo projeto, nós não teremos problema algum, porque não nos fere em princípio nenhum esse papel. Agora, por outro lado, isso radicaliza de tal forma e quem sabe até impede a construção de soluções aqui no plenário, que é o fim maior da discussão de projeto dessa relevância – é o plenário. Por isso o Regimento nos faculta a condição de desenvolvermos pelas lideranças as emendas de plenário. Então, não use dessa estratégia ou não tente nos constranger. O Ver. Valter colocou muito bem, não faça isso, não tente nos constranger perante os servidores. Se quer não trabalhar na linha do quanto pior melhor, nós estamos abertos sempre, junto com a base do governo, ao diálogo, para que a Cidade ganhe acima de tudo.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, mantenham silêncio nas galerias. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Senhoras e senhores, Ver. Robaina, não é a primeira vez, não é a segunda e certamente não será a última que o vereador usa essa estratégica. Ela é obtusa. Esta estratégia...

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ela é obtusa, porque a sua posição também é. O senhor demonstra assim como o vereador que é burro. Burro! Burro porque prejudica as senhoras e os senhores. Talvez muitos não saibam...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Só me deem, por favor, o direito de falar. Talvez muitos não saibam, mas agora, há poucos dias, nós, a pedido de várias entidades representativas, fizemos duas ou três reuniões com o governo, chamamos aqui e propusemos não só uma mediação como uma emenda que está produzida aqui para ajudar. Óbvio que para alguns não interessa, mas eu vou lhe dizer mais, para esses que estão virando de costas, vocês reforçam a nossa posição. E mais do que isso, esse outro argumento de que daqui a dois anos tem eleição, eu, particularmente, não vou ficar preocupado se perder algum voto que nunca tive nem nunca vou ter. Eu estou preocupado é com a Cidade e eu acho que vocês também deveriam estar preocupados com a Cidade. E essa liderança do Simpa que entra, que depreda, que agride, que bate nos carros, como fez no meu ali, só nos joga cada vez mais para uma outra posição. E vou dizer mais, o PT, o PSOL, esses partidos se especializaram, ao longo da história, na repetição da mentira, até que ela vire verdade. No caso, aqui, disseram que ia reduzir em 40% o salário dos aposentados e colocaram pânico nos aposentados. O que está colocado aqui não mexe em nada nos aposentados, em nada! Eu me dirijo aos meus queridos servidores da Câmara, com quem eu tive a melhor relação do mundo enquanto Presidente desta Casa. Podem falar o que quiserem, mas se conhece um homem ou uma mulher quando se dá poder a ele ou a ela. Eu, quando fui Presidente aqui da Casa, fiz sempre e permanentemente o diálogo e consegui alcançar muito mais os servidores do que demagogos aqui do PSOL. Aliás, quando votei, quando propusemos à Mesa, Ver.^a Mônica, a indenização do plano de saúde, quem votou contra foi o PSOL, quem foi contra os trabalhadores aqui na Câmara foi o PSOL. Quando está sendo construído um centro de convivência aqui para os servidores, que as mais modernas empresas do mundo têm, quem fez isso fomos nós, a nossa gestão, na base do diálogo, na base de querer que os servidores tenham uma qualidade de vida melhor. Agora, o que é insustentável, e essa convicção ninguém me tira, é que na última década, independentemente de qualquer coisa, de crescimento de receita, de produtividade ou de qualquer outra coisa, o comprometimento da folha tem acrescido 85% frente à receita do Município e a inflação, 40%. É insustentável! É verdade, porque quem vive de mentiras é o sindicato, é o Simpa, ruim com seus servidores, ruim para os seus representados, é o sindicato que radicaliza, que prejudica a população pobre de Porto Alegre. Quando a Prefeitura para, Ver. Mauro Zacher, com o apoio inclusive do PDT, infelizmente, não é classe média que paga, não são os ricos que pagam; é quem precisa do posto de saúde, é quem precisa do professor na escola pública. Portanto, são esses que estão sendo prejudicados. Assim como o CPERS prejudica, no Estado, o jovem estudante que precisa da escola pública, o Simpa e a ATEMPA – instrumentos do PT e do PSOL – prejudicam, hoje, o filho do mais pobre de Porto Alegre. É preciso,

sim, quebrar essa lógica, e é preciso colocar nomes nos bois, é preciso dizer que quem está por trás disso é o PT, quem está por trás disso é o PSOL – que se especializaram, ao longo do tempo, na mentira, na dissimulação, na maquiagem dos fatos.

Para concluir, vereador, quero dizer que o que nós estamos propondo é o que todo e qualquer trabalhador tem – e aí, vou me dirigir, aqui, àqueles servidores da Câmara que tão bem conviveram comigo. Na data base de qualquer categoria vai haver a negociação coletiva, que vai repor ao servidor aquilo que é a perda da inflação, mas não crescimento automático. Aposentado não é prejudicado, e tudo isso que o Simpa tem dito, que vai mexer inclusive nos regimes, na emenda que a nossa bancada do MDB, em consenso com o PRB e com várias outras bancadas, já estão propondo uma emenda de correção, atendendo a vocês, que não mereceriam, pelo Simpa, mas a nossa causa é muito maior do que o Simpa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, senhores e senhoras, silêncio para que possamos ouvir os vereadores aqui no plenário.

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Eu quero fazer um requerimento para que o vereador que usou a tribuna agora ou retire que o PT mentiu, porque eu sou do PT e não menti, ou tomaremos as medidas cabíveis. Eu não sou mentiroso!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu quero informar que eventuais termos que possam ofender alguém são de responsabilidade exclusiva do vereador.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Primeiro, eu quero dizer que o Ver. Adeli é um acadêmico de Direito, portanto eu compreendo a situação dele. Eu tenho certeza de que não infringi nenhuma regra, nem regimental, nem de decoro. Não retiro nenhuma palavra! Aliás, os amantes dos regimes ditatoriais é que querem, através da censura, dizer o que as pessoas podem ou não podem falar. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde Presidente, colegas. Gente, eu não iria subir à tribuna, só que, a pedido de várias pessoas, quero registrar que têm vários vereadores, várias bancadas, e aí, pela TVCâmara, pela imprensa em geral, pelas redes sociais, pergunta “porque os vereadores não estão se manifestando? Então, acho que é importante dizer para as pessoas que estão acompanhando nas galerias, os servidores, que os 36 vereadores aqui já sabem como vão votar. Não adianta ficar aqui discursando, ficar gastando o tempo de todos nós. Os 36 vereadores têm o seu posicionamento. Existem partidos políticos que...

(Manifestações das galerias.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Só que, para mim, é muito clara a intenção dos partidos da oposição, o PT, PSOL, que controlam, sim, o Simpa, que têm um grande número dos diretores filiados... Isso não é ilegal, isso não é nem imoral. A gente tem de deixar as coisas bem transparentes. Eu concordo com vários Vereadores que subiram aqui e que falaram sobre o crescimento vegetativo da folha. E é isso que nós estamos fazendo aqui: nós estamos tentando enfrentar um problema que não é para um partido, para um governo, é para os futuros governos e para a Cidade. E aí se pergunta: Moisés está cheio de gente lá com cartazes... Quero inclusive agradecer ao Simpa, porque vi que tem fotos aí minhas, mas, por favor, façam campanha para mim, com esses cartazes, lá na rua, aqui vocês não vão ganhar voto nenhum para mim. Então, queria deixar claro, para vocês aqui, que os vereadores aqui têm o seu posicionamento. Então, vamos debater as emendas, vamos passar essa etapa, vamos avaliar e votar o projeto. Engana-se quem pensa que os vereadores, que não estão subindo aqui, não têm opinião formada. Só que esses vereadores estão cansados das balelas, das mentiras sobre privatização do DMAE, sobre privatização de posto de saúde, sobre privatização da Carris. Não existe nenhum projeto nesta Casa para privatizar isso; quem faz isso, quem inventa isso, a quem serve a briga do servidor com o governo. Nós sabemos a quem: ao PT, ao PSOL e ao Simpa. Obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, eu havia conversado, há pouco tempo, com o Ver. Reginaldo Pujol e disse a ele que nós não falaríamos agora, a minha ideia era discutir o assunto quando discutíssemos o projeto, mas, depois que ouvi a inflamada manifestação do amigo Ver. Valter Nagelstein, não sobrou outra possibilidade a não ser chegar aqui e dizer pouquíssimas palavras. Mas o projeto não tem transição nenhuma, não recebi nenhuma manifestação de cidadãos, homens e mulheres de Porto Alegre – nem eu, nem ninguém, eu não sou diferente dos outros vereadores –, me pedindo para votar favorável ao projeto. Ninguém nesta Cidade. Ver. Valter, os cidadãos de Porto Alegre, não servidores que me mandaram mensagens pediram para votar contra. (Palmas.) Nenhuma manifestação recebi para votar favorável. O projeto não tem regra nenhuma de transição, e tem o seguinte: o projeto retira direito de todos os servidores. Todos! Ora, se retira direito de todos os servidores, estimados vereadores e vereadoras, na verdade ele merece uma reflexão toda especial, e é por isso que apresentei emendas, e é por isso que defendo as emendas. E mais, tenho pedido de pessoas me dizendo para retirar e apoiar outras. Se for para fazer assim, fizemos, mas precisamos compreender que,

quando um projeto como esse proposto retira direito de todos, não é porque homens e mulheres lá fora talvez possam dizer que serão prejudicados, porque não serão; pelo contrário, acredito que talvez serão prejudicados se aprovarmos o projeto. Era isso, Ver. Valter, rapidamente, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas, servidores, público que aqui se encontra, aqueles que nos assiste através da TVCâmara, da nossa Rádio Web, quero dizer que este projeto é ruim, ele continua sendo um projeto ruim, apesar de nele não constar a RDE – já é um avanço que nós conquistamos em dois períodos de votação neste plenário, onde o governo viu que mexer nos regimes não teria como. Agora, ele pode dar uma melhoria se nós construirmos no plenário com emendas. Nós já estamos com 21, 22 emendas. Eu acho que ele pode dar uma melhoria, construir com emendas: tem emendas do Ferronato, tem emendas do MDB, tem emendas do PRB, tem uma série de emendas. Agora mesmo o poder público apresentou uma emenda, tem uma série de emendas que eu acho que dá para a gente aperfeiçoar e construir alguma coisa nesse projeto.

O art. 6º enterra o projeto de vez; ele prevê, em lei complementar, a criação de gratificação, criação de regimes, de percentuais diferenciados de salários. Então, se é para nós termos o art. 6º, que é um verdadeiro “trenzinho da alegria” que terá o gestor público, seja o atual, o futuro ou outro, eu acho que não tem por que nós aprovarmos esse projeto, já que nós estaremos, muitas vezes, punindo quem atende lá na ponta, quem ajuda a população na área da assistência social, na área da saúde, da educação, da segurança. Nós não podemos dar um cheque em branco. Há questões também que não foram respondidas ainda. Quem irá pagar a conta? Nós estamos falando muito sobre a população de Porto Alegre, mas até hoje a Procuradoria-Geral do Município não deu uma garantia na questão do direito adquirido. Só fala, mas ninguém deu uma garantia. Quem vai pagar essa conta, nós, a população de Porto Alegre? São os trabalhadores? Porque se me faltam quatro, cinco meses para incorporar as algumas das coisas que querem tirar – FG, quinquênio, triênio, seja lá o que for –, isso me dá o direito de ir à Justiça buscar, porque eu entrei numa regra e quero estabelecer essa regra.

Quero dizer que construí minha história toda, minha trajetória toda desde os meus 16 anos de idade sentando à mesa e negociando – é assim que as coisas são feitas. Falava ainda há pouco na Rádio Guaíba que, se nós tivéssemos negociado com o Congresso Nacional, com certeza, hoje, os trabalhadores brasileiros, num todo, estariam trabalhando somente 40 horas semanais; se nós tivéssemos feito, lá atrás, a reforma na Previdência, com certeza, não estaríamos sendo ameaçados, hoje em dia, de não conseguir mais nos aposentar, sendo que a grande reforma ninguém fala em fazer: não pode uma pessoa receber R\$ 5 mil e pagar 27% de imposto de renda. Não pode! Pode

fazer a reforma que fizer; se não fizer a reforma tributária que onera a população, que onera as pessoas, não vamos chegar a lugar nenhum, e principalmente cobrar de quem deve, cobrar de quem deve para o Estado, para a União e principalmente para o Município. Nós não podemos querer que a população, no final das contas é a população e os servidores, paguem as dívidas dos maus pagadores.

Então, reafirmamos aqui, Sra. Presidente, que, se houver uma construção – e este plenário é soberano – das emendas, dá para a gente melhorar este projeto, quem sabe uma construção com todo esse plenário, com as bancadas, com os municipais, com os servidores da Casa, com toda a população de Porto Alegre, nós poderemos ter uma lei futura boa não somente para o servidor, mas principalmente para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Boa tarde Sra. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários públicos municipais que se encontram aqui no plenário e aqueles que nos assistem pela TVCâmara. Eu sou funcionário público estadual há 23 anos, indo para 24 anos; a minha mãe é funcionária pública municipal aposentada e ela está em uma aflição tremenda porque a fizeram acreditar que ela perderia os direitos adquiridos. Eu tive a delicadeza e o cuidado de me debruçar nesse projeto, primeiramente para me convencer daquilo que precisa ser feito. A primeira coisa que eu quero deixar muito claro neste plenário é que, se hoje o Município de Porto Alegre está na quebradeira que está, a culpa não é, nunca foi, dos funcionários públicos. A segunda coisa: nós precisamos entender – e eu me coloco nessa situação – é que o meu voto não está baseado em aplauso e não está baseado em vaias, porque as mesmas pessoas que te aplaudem são as mesmas que acabam te vaiando. A minha decisão está sendo baseada na minha consciência, na minha trajetória e, sobretudo, na realidade que nós estamos vivendo no Brasil. A atualização é necessária, ela se faz necessária, e eu, de posse dessa realidade, fiz algumas emendas juntamente com alguns colegas, para que possamos, com os vereadores aqui, analisar e tentar minimizar o impacto dessa realidade. Ora, nós precisamos, de fato, ter um equilíbrio para, neste momento, não jogarmos fora a oportunidade de construir, e não de destruir. E eu queria fazer uma constatação importante: se hoje chegamos à realidade que chegamos é porque os governos passados não tiveram a ousadia e a coragem de fazer o que hoje está sendo feito. Nós não podemos, o tempo todo, agradar a todos. Os governos passados fizeram esse jogo de querer agradar e agradar; hoje chegamos à condição que estamos. Alguém vai ter que assumir essa situação! E assumir essa situação diz respeito a cada um de nós! Hoje nós vamos ter que decidir, não dá mais para empurrar! Então, quanto a essas emendas, eu peço a consciência dos Srs. Vereadores, que possamos construir, através das emendas, um resultado satisfatório para todos nós. Agora, é importante que haja um

respeito da parte de lá na hora de decidirmos aqui para os senhores. Não é gritando, não é ofendendo que nós vamos construir algo. Este momento é oportuno para todos nós, tem pessoas aqui que ainda estão decidindo os seus votos. E essas agressões, essas vaias e esses desrespeitos não contribuem. Eu quero pedir a consciência, também, de quem está lotando o plenário para que, juntos, nós possamos, harmoniosamente, trabalhar para que o resultado, no final desta plenária, possa ser Porto Alegre como o fim de todas as coisas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro as presenças da deputada federal Maria do Rosário; da deputada federal Fernanda Melchionna; do deputado estadual Rodrigo Maroni; da deputada estadual Sofia Cavedon. Sejam muito bem-vindos!

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do professor José Antônio Giusti Tavares, um homem conservador nas suas ideias, mas sempre um grande debatedor. Eu acho que a Cidade deve respeitar as pessoas que contribuíram com a trajetória intelectual e com o debate da Cidade.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, gostaria de incluir o Sr. Renato Ritter, que faleceu hoje, diretor do Ritter Hotéis.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h39min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga e do Ver. Engº Comassetto, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nº 01 a 21, Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, Subemenda nº 01 à Emenda nº 06, e Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 002/19.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Aírto Ferronato, solicitando que sejam votadas em destaque as Emenda nº 02, 03, 08, 09 e 19 ao PLCE nº 002/19.

Apregoo Emenda nº 19, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, ao PLCE nº 002/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 19 ao PLCE nº 002/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 20, de autoria Ver. Reginaldo Pujol, ao PLCE nº 002/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 20 ao PLCE nº 002/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, ao PLCE nº 002/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 21 ao PLCE nº 002/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLCE nº 002/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 002/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Subemenda nº 01, autoria diversos vereadores, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 002/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLCE nº 002/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Subemenda nº 01, de autoria dos vereadores Alvoni Medina, José Freitas, Cláudio Conceição e Hamilton Sossmeier, à Emenda nº 06 ao PLCE nº 002/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 06 ao PLCE nº 002/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando a retirada das Emendas nº 04 e nº 05 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente, está tendo uma repressão absolutamente injustificada! Eu queria apelar à senhora, que buscou, até agora, conduzir os trabalhos de forma que se pudesse ter debate. Só que, quando há

repressão policial contra servidores públicos, termina o debate. Então eu queria fazer um apelo para que a gente tivesse uma comissão de vereadores, pelo menos, que a senhora comande, para tentarmos estabelecer a ordem, porque não é possível que nós, às 15h45min, tenhamos um clima de tensão desse tipo. Então eu apelo à senhora, encarecidamente – não tenho todas as informações, confesso, mas eu sei que está tendo repressão –, que, como Presidente de uma casa democrática, por favor, a senhora ajude para que a ordem seja restabelecida no sentido de poder ter diálogo, debate, e não repressão nem da polícia, nem de guarda, porque não é do interesse de um processo democrático. Então eu apelo a V. Exa. para que a gente pare a sessão, veja o que está ocorrendo para poder dar um bom direcionamento para este problema.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Roberto Robaina, como V. Exa. bem registrou, esta vereadora, Presidente da Câmara, não aceita nenhum tipo de agressão. Vou pedir agora averiguação e trarei as informações para o plenário. A sessão continuará.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, eu sei que não cabe um requerimento de suspensão, não está previsto, é uma questão de plenário, mas cabe um requerimento de adiamento da sessão. Então, solicito o adiamento da discussão do PLCE nº 002/19 por uma sessão. Faremos o encaminhamento, enquanto se faz a averiguação que acertadamente V. Exa. solicitou que se faça no portão. Muito obrigado.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, nós não podemos aceitar que um pedido de suspensão temporária possa representar manobra protelatória para votação. V. Exa. já pediu averiguação, a Guarda Municipal diz que está controlando e que, se existe algum tipo de ambas as partes, sejam identificados e afastados do entorno para que possamos seguir a sessão com tranquilidade.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, é importante registrar que o requerimento é regimental e tenho que colocá-lo em votação. Vamos decidir agora, através da votação, que é regimental, o requerimento.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado, Presidente. Vereadores, vereadoras, público que está assistindo, nós estamos às 16h... O governo vem acusar a oposição de querer protelar. O governo não tem autoridade nenhuma em falar que a oposição pode estar querendo manobras protelatórias. O governo não quis nenhum debate sobre esse assunto, nenhum! Vocês queriam aprovar este pacote na sexta-feira prévia ao carnaval – só a justiça impediu que isso ocorresse. Nós estamos aqui na parte da tarde; nós temos uma greve dos servidores públicos. A

informação que nós recebemos é que houve repressão. Agora, o que estamos pedindo? Que a Câmara, que a Presidente da Câmara não pode, simplesmente... Eu não vou exigir que a presidência da Câmara ou os partidos que são nossos adversários concordem com a nossa avaliação sobre os fatos. Agora, não é possível, quando a Câmara Municipal tem denúncias de repressão, que a Câmara Municipal siga funcionando como se nada tivesse ocorrido. Ou nós vamos fazer como foi a vez que a polícia de choque entrou, jogou bomba de gás lacrimogêneo, atingindo funcionários, servidores? Isso não pode ocorrer! Então, o apelo - é a proposta que fez o Ver. Sgarbossa - é que se suspenda a sessão para que se possa apenas averiguar os fatos e dar um tratamento de acordo. Com o tratamento de acordo, garantir que as pessoas que queiram assistir à sessão possam assistir, garantir que as pessoas que estão manifestando sua contrariedade com o projeto possam se manifestar sem serem agredidas, sem ter repressão, sem a polícia de choque ou mesmo a Guarda Municipal ser obrigada, no seu caso, a trabalhar contra seus próprios interesses e servir como bucha de canhão contra os servidores. É um apelo que estamos fazendo para parar, para poder averiguar os fatos e seguir normalmente. Nós vamos ficar aqui até o final, nós estamos decididos a debater este projeto. O que não queremos é que haja um processo de repressão que ataque ainda mais os servidores. Já não basta o projeto que o governo quer aprovar, e ainda por cima vai reprimir os servidores? É o cúmulo do desrespeito. Esse é o sentido da proposta do Ver. Sgarbossa, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, eu já solicitei que averiguassem o que está acontecendo na rua, nas imediações da Câmara Municipal, as informações veem desencontradas, tanto de um lado como de outro, quero dizer que os guardas também foram agredidos. São as informações que eu recebo. Por conta da chegada do deputado estadual Dr. Thiago, foram abrir o portão e, quando abriram, o guarda teve muita dificuldade em fechar o portão e eles foram agredidos. Então, eu solicito que os senhores compreendam que as pessoas estão agora fazendo uma averiguação. Nós vamos colocar em votação o requerimento do vereador e, logo em seguida, dependendo do resultado, continuaremos ou não a sessão.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Diante do controle da situação, eu acredito que há perda de objeto do requerimento, e nós devíamos dar continuidade à sessão.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. André Carús, eu consultei aqui o diretor legislativo e não perde, existiu esse requerimento, nós temos que votar.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, serei breve, brevíssimo, não há nenhum interesse de postergar absolutamente nada aqui. Só pediria que parasse entre cinco a dez minutos para que a Mesa Diretora pudesse conversar com os responsáveis da segurança para que a gente não tenha uma interrupção agora, depois outra interrupção, que não haja descontrole sobre essa questão. Nós tivemos uma audiência pública com muita tranquilidade aqui, com debates acirrados, com posições claras de lado a lado, e nós precisamos continuar nesse mesmo diapasão. Nós já verificamos que há bancadas que estão apresentando emendas de lideranças, que é objeto lícito, válido pelo Regimento Interno. Nós temos que ler com tranquilidade. Nós temos que conversar com quem de interesse for, para que haja votações supertranquilas como foram até agora. Então, parar cinco minutos para averiguar os fatos, para dar as devidas orientações da Presidente da Mesa não há nenhum problema, pela harmonia, pelo bom debate, pela democracia, nós continuamos aqui vigilantes, sem violência, sem repressão, e vamos continuar o debate e votar aquilo que tiver que ser votado, sem atropelar o regimento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sra. Presidente, o Ver. Carús está aqui liderando, quer que seja uma votação e quer que gente não discuta dentro do Parlamento. Aqui, o Ver. Carús deve saber que há, sim, uma possibilidade grande de pedidos de adiamento, podemos pedir o adiamento da votação por duas sessões.

(Aparte antirregimental do Ver. André Carús.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Não estou lhe ensinando, estou tentando dizer que querer votar, querer dizer que um pedido perde o objeto... Eu mesmo, no microfone de apartes, pedi que fosse suspensa a sessão, como não cabe o pedido de suspensão, fiz o pedido de adiamento por uma sessão. Então, estou aqui amparado no Regimento, não estou fazendo nada diferente do Regimento.

Aqui, nos chegou a informação de há fotos dessa agressão ocorrida lá fora. Também nos falam aqui que há confusão, Presidenta Mônica, e eu acho que a senhora está tentando zelar, como na audiência pública. Todo o momento em que há uma votação, há uma discussão dessa magnitude, com esse interesse e presença, tenta zelar por isso. Nós estamos aqui pedindo... Aqui estão sendo colocadas as fotos das pessoas que estão lá fora. (Mostra imagens.) Mas aqui fica o nosso pedido: mantenha essa

continuidade e essa sabedoria. O Ver. Robaina trouxe bem aqui, se tentou votar esse projeto às vésperas do carnaval, então, se é para falar em manobra, como foi usado no microfone de apartes, tem que usar essa expressão. Querer votar um projeto às vésperas do carnaval, essa sim é uma manobra. E há já um histórico de manobras. Vocês bem lembram que, nos anos anteriores, na quarta de manhã, priorizaram um projeto que atacava a carreira do serviço público. O Delegado Cleiton está aqui e deve lembrar que sempre, nas quartas de manhã, se vota um projeto na semana seguinte. Mas essa prática do governo Marchezan foi de passar um projeto às 11h30min para as 14h. E aí, sim, gerou toda aquela confusão, os vereadores que estão aqui lembram disso, do gás lacrimogênio nos corredores da Casa. Então, estamos mostrando aqui as fotos da grandiosidade da manifestação, o deputado Thiago Duarte que está no plenário pode também lhe dar informações, a senhora diz que já tem informações sobre o ocorrido, era importante também ouvir a representação dos servidores que está aqui, os diretores do Simpa, eles podem fornecer informações, não podem usar a tribuna, mas podem ser usados pela Mesa Diretora, podem ser fontes de informação. Então, o que se quer é que tenhamos um dia tranquilo de votação, sabendo que é um projeto que, ao atacar a carreira dos servidores e servidoras, logicamente há uma exaltação de ânimos natural, nós estamos aqui zelando para que não passe disso para agressões físicas, que fique dentro de uma normalidade. Esse também é o interesse de toda a oposição. Então, vejam, há uma quantidade grande de servidores, ao longo do dia outras pessoas virão, para as quais não será permitida a entrada, é verdade, há menos que haja uma troca aqui. Este já é um tema polêmico aqui, de quantas pessoas podem ocupar esta tribuna. Eu vejo que há ainda espaços vazios, era interessante estar permitindo sempre que outras pessoas possam ingressar, para a gente sempre ter a lotação máxima aqui, atendendo um princípio da democracia, que é a participação e a oitiva diretas das pessoas.

A audiência pública já tinha essa ideia, e aqui já houve uma limitação de entrada, e principalmente no dia de votação do projeto. Ninguém aqui quer ser telespectador daquilo que vai afetar a sua vida funcional e atacar a Cidade; quer, pelo menos, ver diretamente qual a posição de cada vereador e vereadora. Fica aqui o pedido para que a senhora continue com esse zelo sobre a nossa sessão de hoje, para que ela seja o mais tranquila, que a gente possa aqui debater o projeto, lembrando que uma fala aqui de um dos representantes do governo foi dizendo que os vereadores sobem aqui para fazer discurso, querendo criticar inclusive o fato de poder usar a tribuna. Então, realmente há um problema de entendimento do que é democracia, com todos os limites que é a democracia representativa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MONICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu subo à tribuna agora para fazer o encaminhamento do Requerimento de adiamento da votação do PLCE nº 002/19 efetuado pelo Ver. Marcelo Sgarbossa no microfone de apartes há pouco instantes, porque concordo plenamente que precisaríamos de uma outra forma de pensamento para a condução da votação de um projeto de lei tão importante e significativo para os servidores públicos desta Cidade.

Para aqueles que apostaram que não haveria movimentação, que não haveria articulação, que não haveria resistência por parte desses que estão sendo atacados, as imagens que o Ver. Marcelo Sgarbossa colocou no telão, há poucos instantes, demonstram que estavam redondamente enganados. Nós temos milhares de servidores públicos se deslocando, se acumulando e se aglomerando nos portões lá do lado de fora. É natural que as pessoas que estão se sentindo incomodadas, acuadas, oprimidas, massacradas manifestem o seu descontentamento – isso é natural! Eu tento imaginar qual era o sentimento presente no coração do nosso Ver. Cláudio Conceição, quando o governador votava um projeto que retirava direitos que ele, servidor público estadual, estava perdendo. Qual era o seu sentimento na Praça da Matriz, quando os portões da Assembleia Legislativa foram fechados e as votações ocorreram a portas fechadas? É tudo o que nós não deveríamos fazer.

No Estado democrático de direito, indivíduos são eleitos pelo povo para tomarem decisões, mas não existem donos da verdade. Os 36 integrantes deste Parlamento não são seres superiores, ou, pelo menos, não deveriam se sentir assim, e são, sim, representantes da população, de diferentes setores da população, de diferentes regiões desta Cidade. Mas mesmo assim, parece-me que muitos perdem a capacidade de dialogar com aqueles que os colocaram nesta Casa legislativa. O requerimento do Ver. Marcelo Sgarbossa é um requerimento que tem muita coerência, porque a sessão praticamente nem começou, nós nem começamos a abrir a discussão do projeto em questão e já está acontecendo confusão. Um projeto dessa magnitude deveria ser debatido em um local amplo. Infelizmente a nossa Câmara de Vereadores não abarca uma parcela minimamente significativa de todos esses 25 mil que estão sendo afetados. Nós temos uma parcela modesta, uns 3 mil, talvez um pouco mais, uns 4 mil, porque as pessoas estão chegando aos poucos, mas mesmo assim... Se essas pessoas têm os seus direitos ameaçados, os seus direitos trabalhistas, aquilo com que elas contariam para a sua aposentadoria e o sustento das suas famílias, é natural que essas pessoas tenham receio e queiram acompanhar o que está acontecendo aqui neste momento. E o que nós estamos fazendo, infelizmente, por um ou outro lado, é privando-lhes, justamente, da possibilidade de acompanhar, já que voz, nesta tribuna, eles têm a dos poucos representantes que estão aqui falando em seu nome e que não são maioria, infelizmente. Ou seja, tudo o que nós estamos fazendo aqui, neste momento, é infimamente insignificante, pois a representatividade que nós temos dos diferentes setores que compõem o funcionalismo público municipal não cabe nas galerias desta Casa Legislativa. Deveria estar espalhada, por exemplo, na arquibancada do Ginásio Tesourinha, que aí, sim, seria um número representativo, bastante significativo, e todos

poderiam manifestar o seu sentimento com relação às votações que acontecerão nesta tarde de hoje. Uma boa tarde a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Sra. Presidente, eu não estava com a intenção de falar, mas fiquei sabendo agora, através da minha secretária, que o meu carro saiu para fazer um trabalho e não conseguiu entrar, porque os manifestantes não deixaram. Fecharam a entrada e não deixaram entrar o meu carro. Segundo, agora, há pouco, no portão principal, o pessoal tentou derrubar o portão, invadir a Câmara. A Guarda Municipal fez uma parede, atiraram pedras na Guarda, e um que estava aqui dentro atirou uma madeira, agredindo um guarda municipal. Portanto, senhoras e senhores, este requerimento não tem fundamento, porque a situação é justamente ao contrário. Estão agredindo a nossa Guarda Municipal. Portanto, solicito que esse requerimento seja retirado, a bem da verdade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, peço silêncio para que o vereador consiga fazer sua fala na tribuna. Se não for dessa maneira, não terei condições de manter esse plenário ocupado pelos senhores. Por favor!

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0044/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/19, que altera o *caput* do art. 122, inclui o art. 37-A, §§ 3º e 4º ao art. 122, o art. 122-A, o art. 129-A e o parágrafo único ao art. 131, revoga os arts 79, 124, 125, 126, 127, 127-A, 129, 130 e 133 todos da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto

Alegre; inclui o art. 39-A e revoga o art. 39 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002; revoga os §§1º e 2º do art. 43, os §§1º e 2º do art. 43-A, o art. 43-B e o art. 43-C, da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 44, o art. 44-A e o art. 44-B da Lei nº 6.203, de 3 de outubro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A, o art. 32-B da Lei nº 8.986, de 02 de outubro de 2002; os §§ 1º 2º do art. 45, o art. 45-A, o art. 45-B da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988; os §§ 1º e 2º do art. 43-A, o art. 43- B da Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988; e os §§ 1º e 2º do art. 32, o art. 32-A, art. 32-B da Lei nº 6151, de 13 de julho de 1988. (Alterações: gratificação/regime especial de trabalho; avanços; adicionais/15% e 25%; gratificação de função.)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, da Mensagem Retificativa e das Emendas nºs 01 a 17 e pela existência de óbice de natureza jurídica aos Substitutivos nºs 01 e 02; quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Mensagem Retificativa, e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 17 e dos Substitutivos nºs 01 e 02.

Observações:

- Regime de Urgência;
- Com Emendas nºs 01 a 18;
- Com Substitutivos nºs 01 e 02;
- Com Mensagem Retificativa;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 28-02-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, Ver.^a Mônica Leal, eu gostaria de deixar registrado que a temperatura lá do lado de fora está aumentando cada vez mais.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, Ver. Prof. Alex Fraga.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu vou começar a minha fala de discussão desse projeto de um segmento que foi mencionado nesta tribuna, na noite de quinta-feira, da fala do Ver. Airto Ferronato. O Ver. Airto Ferronato, na audiência pública que nós tivemos, neste mesmo local, afirmou que não havia recebido nada, nenhum recado, nenhum *e-mail*, nenhuma comunicação defendendo esse projeto do governo. O Ver. Airto Ferronato fez essa colocação significativa, e eu acredito que a

maioria de vocês tem vivido, nas últimas semanas, com as caixas de *e-mail* abarrotadas de mensagens contrárias a esse projeto. E não são apenas os servidores públicos municipais, não, Ver. Idenir Cecchim, o senhor não está conversando com a sua assessoria com relação ao que entra nas suas caixas de mensagem. Existem várias entidades representativas que não são sindicatos dessas pessoas aqui, não são. Muitas vezes há criminalização do Simpa e das associações dos municipais. Eu fiz questão de listar todas as entidades que entraram em contato com o nosso gabinete, seja por *e-mail*, por mensagens ou até mesmo por carta física, manifestando contrariedade a essa proposta, esse projeto de lei. Eu recebi cartas pedindo que não votasse favoravelmente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, entidade muito representativa; do Instituto de Arquitetos do Brasil – Seccional RS; do Conselho Regional de Biologia – 3ª Região, que abarca os estados da região sul do País, uma autarquia federal; do Sindicato dos Condutores de Ambulância do Estado do Rio Grande do Sul – Sindcaers; da ASTEC, que obviamente se manifestou; do Sindicato dos Administradores no Estado do Rio Grande do Sul – Sindaergs, também uma entidade muito antiga e muito respeitada; por fim recebemos uma carta, hoje, do Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, que, como é bastante curta, que acredito que todos vocês, vereadores, devem ter recebido, faço questão de ler para todos: “Carta aberta do CRMV-RS de inconformidade ao Projeto de Lei nº 002/19. Exmo. Srs. Vereadores, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul tem conhecimento que vai à votação na data de hoje o PL 02/19 de autoria do Executivo, que põe em risco a carreira dos médicos veterinários e demais servidores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Essa proposição alterará significativamente o Estatuto dos Servidores Municipais e, por consequência, a carreira de muitos profissionais médicos veterinários. Frente a tal situação, o CRMV-RS manifesta-se totalmente contrário a esse projeto, tendo em vista o impacto negativo na qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da área à sociedade em geral. Somos responsáveis por garantir a segurança dos alimentos, o controle de zoonoses, a saúde dos animais e muitas outras tarefas imprescindíveis à manutenção do equilíbrio da saúde única. A diretoria do CRMV-RS, buscando a valorização dos médicos veterinários devidamente habilitados, entende ser necessária a retirada de tramitação deste projeto. Sugerimos que seja aberto um amplo e profundo debate sobre a matéria, para que possamos garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a valorização dos profissionais da nossa capital. Sendo essas as considerações para esta data, aproveitamos para renovar os votos de elevada estima e consideração, e apelamos que esta Casa atenda à nossa solicitação em um momento suprapartidário e em prol da saúde pública. Médica Veterinária Lisandra Dornelles, Presidente”. Não é movimento exclusivo dos representantes destes que aqui estão e que sofrerão as negativas consequências desse projeto. É uma causa da Cidade, é uma causa que supera matizes ideológicas e siglas partidárias. Nós estamos sob ameaça ao serviço público desta Cidade, por isso deixo este alerta, neste momento de discussão: o PLCE nº 002/19 ataca Porto Alegre. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, colegas vereadores, vereadoras, municipais presentes, e a toda a gama enorme que está lá fora e que, infelizmente, não teve oportunidade de estar aqui. O governo municipal, por três anos seguidos, mostrou claramente para que veio. Ele, além de usar o funcionário público como bode expiatório, destruindo sua carreira, sua vida... Eu falo sua vida porque quem vai pagar as contas amanhã de servidores que perderão mais de 40% do salário?! Mas não é só isso. Eu vou pegar aqui o exemplo dos funcionários mais simples e que ganham menos, os motoristas da SAMU, que ganham R\$ 970,00 e seus adicionais. Os adicionais que irão perder, tanto triênio quanto quinquênio, os adicionais de 15 e 25 anos que irão perder. Quem vai pagar a conta desse cidadão que, lá atrás, ao fazer o concurso público, assumiu um compromisso com o poder público, com a gestão? Agora a gestão se acha autônoma de dizer que ele decide a vida daquele cidadão. Lamentavelmente, o governo Marchezan adotou, sim, uma linha de atuação em que precariza o serviço público e destrói o que é mais sagrado na Cidade: os mais de 60% da população que utiliza o serviço público oferecido e que, infelizmente, será precarizado. Grande parte deles será terceirizado, privatizado, e atualmente já está sendo feito isso, porque não recebem e não chamam mais concursados para poder suprir as vagas existentes, tanto na saúde como na educação, e em várias secretarias, pelo contrário: o governo Marchezan quer privatizar muitos desses serviços. Vocês lembram da tentativa de privatizar a assistência social, privatizar a Carris, privatizar o DMAE, privatizar a iluminação pública e, agora, com o projeto de lei que tramita aqui na Casa, até os parques e as praças públicas. Lamentavelmente, o governo Marchezan faz o que está aí. Não é por acaso que a Guarda Municipal está batendo no servidor; querem intimidar o servidor e mandar para casa. Não vai mandar, não! É direito do servidor se manifestar, não só indignado; todos nós estamos percebendo que o governo está destruindo a carreira do servidor público, está destruindo o serviço público, como muitos colegas aqui já o fizeram. Agora, nós temos para avaliar dois substitutivos ao projeto de lei e, até então, vinte e uma emendas. Algumas das emendas acabam, em tese, demonstrando para nós que vai reduzir o dano, que vai valer só para os futuros funcionários, que vai manter parte dos anuênios ou quinquênios; mas nós não sabemos de fato o que o governo quer, porque, na medida em que nós podemos votar e aprovar aqui uma emenda, amanhã, Ver. Robaina, ele pode vetar as emendas aprovadas. Nós não temos nenhuma segurança do atual governo, porque o governo, durante os três anos, não cumpriu com a sua palavra, sempre tentando destruir o serviço público e, mais do que isso, tentando atochar a população. Em seguida, vem o IPTU – agora, é o servidor público, logo depois, é a maioria da população. Ele consolida uma base da maioria e vem com os projetos que mais taxam a população, seja para o funcionário público, seja para a população. Nós vamos ficar aqui até o final, resistindo, nos

indignando, dizendo “não” a essa barbárie que o governo acaba de propor para a cidade de Porto Alegre e para os cidadãos, infelizmente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sra. Presidente, todos os vereadores aqui estão recebendo vídeos do que está acontecendo lá fora. Eu consegui baixar um dos vídeos e quero expor aqui. Eu sei que nós estamos na Ordem do Dia, então, para poder fazer isso, quero atender ao Regimento e vou fazer um novo Requerimento, que é para o que está acontecendo aqui estar sintonizado com o que está acontecendo lá fora. O meu requerimento é de retirada da priorização do PLCE nº 002/19, e gostaria de discuti-lo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador, o seu requerimento não tem nada a ver com a matéria que nós estamos votando aqui dentro desta Casa. Nós vamos continuar a sessão, porque nós temos dois lados. Assim como o senhor está contando essa versão, já chegou outra versão dos guardas. Então, para a produção desta sessão, nós vamos continuar. Já tem gente lá fora, as pessoas responsáveis estão tratando desta questão que o senhor trouxe e que a Guarda trouxe também.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidenta, eu estou fazendo um requerimento de retirada da priorização do projeto.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O senhor faça o requerimento que nós vamos avaliar. Vamos continuar com a sessão, discussão geral e votação.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Rapidamente, Sra. Presidente, só para contribuir na análise do requerimento feito pelo Ver. Marcelo Sgarbossa. Nós estamos no regime do art. 110, que é da urgência, e o § 4º do art. 110 estabelece quais são os requerimentos cabíveis. Diz ele: “A requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, poderá ser adiada a discussão por uma sessão ordinária, sendo vedado adiamento de votação”. Portanto, pelo § 4º do art. 110, é incabível o requerimento feito, sequer há base regimental para que seja votado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Ricardo. E o Regimento Interno é respeitado na íntegra.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Se o senhor vai fazer algum requerimento, por favor, faça por escrito.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É que pelo mesmo requerimento, pelo mesmo artigo lido pelo Ver. Ricardo Gomes, se garante que caso haja o plenário favorável ao adiamento, requerimento do vereador aprovado pelo plenário, poderá ser adiada a discussão por uma sessão ordinária, sendo vedado o adiamento da votação. Então, o mesmo artigo que sustenta o Ver. Ricardo Gomes garante que haja a possibilidade de adiamento. Então, corresponde, ainda mais no caso de risco à vida das pessoas, dos servidores. Nós não podemos aceitar isso!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Roberto Robaina, o adiamento da discussão já foi votado e foi reprovado. Nós tivemos um número maior de votos “sim” para continuar.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Presidente, a mesma matéria reivindicada pelo Ver. Sgarbossa já foi esclarecida pelo Ver. Ricardo Gomes, repetida pelo Ver. Robaina. Nós não podemos paralisar as atividades do Poder Legislativo com manobras protelatórias de oposição com complexo de maioria.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. Informo aos Srs. Vereadores que eu sigo na íntegra o Regimento Interno.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadoras, vereadores, servidores, servidoras, espero que este dia 25 de março não entre no calendário político institucional de Porto Alegre como o “Dia da Vergonha”. Espero! Sinceramente, eu espero que pessoas que a vida inteira defenderam a democracia não se juntem neste momento para pacificar os ânimos! Não entendo! Não consigo entender! Por quê? Por que fomentar a discórdia? Por que fomentar a violência? Nós já falamos com os dirigentes das principais entidades e todo mundo diz que ninguém quer violência! Ninguém quer truculência! Mas todos têm que agir no mesmo diapasão. Mas vejo aqui dentro alguns colegas rindo, fazendo escárnio, e isso não ajuda. Assim como tem um controle que muitos servidores não conseguem entrar, mas aqui, dentro do plenário, entram pessoas que se dizem da mídia e são provocadores. São provocadores! Eu sei que eu fui fotografado, eu sei que fui filmado. Eu combati uma ditadura e não será um cara de pau, um sujeito que se mostra com fuzil que vai me amedrontar. Sim, você que está me olhando, você é um provocador, você é um fascista – você é um fascista! –, e eu vou me defender, eu vou me defender, não será a tua máquina fotográfica que vai me amedrontar; eu tenho, aqui comigo, vereadores honrados, democratas...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, por favor, mantenham-se em silêncio. Os senhores estão atrapalhando a fala do Ver. Adeli Sell.

Sentem-se e fiquem em silêncio, por favor. Senhoras e senhores, mais uma vez, eu vou solicitar que se sentem e fiquem em silêncio para que o vereador conclua a sua fala. Muito obrigada pela educação de todos.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): A Vereadora-Presidente sempre foi respeitosa, sempre tratou bem essa questão; aqui tem vários vereadores que, em todos os debates que a gente faz, são respeitosos, mas um critério tem que ser universal: entra aqui quem estiver devidamente cadastrado e a serviço de um órgão de imprensa, seja ele imprensa oficial, tradicional, mas provocador não! Eu sei que vão me perseguir lá fora, eu conheço essa gente. Ver. Ricardo Gomes, eu vou levar esse debate para a Comissão de Constituição e Justiça que vai rever o Regimento Interno. Na época da ditadura acontecia isso, mas eles eram menos cara de pau, eles eram menos cara de pau. Hoje eles se expõem, eles provocam, eles querem causar o caos. Eu nunca colaborei e nunca vou colaborar pelo quanto pior melhor. Nunca! Nunca, absolutamente nunca! Não vou cair na provocação, mas eu usarei o meu discurso aqui, eu usarei as fotos, eu vou às últimas consequências, eu vou às últimas consequências. Admira-me que tenha gente aqui dentro sustentando essa situação! Eu só quero lembrar como foi o nazifascismo: “Ah, isso não é comigo”. Não! É comigo, é com você, com todo mundo! Abaixo o fascismo, viva a liberdade, a democracia! Obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Eu só quero aqui fazer uma manifestação porque eu acho que, às vezes, a tentativa de protelar uma votação importante chega ao limite do ridículo. É tão reducionista o argumento de que se deve manter ou não a sessão pela presença de um indivíduo no plenário, que não vale nem a pena avançar. Reducionista.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Eu vou interromper a minha fala até que as pessoas parem de interromper a fala dos vereadores na tribuna! Vou interromper! (Vaias.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, mais uma vez, vou pedir que se mantenham em silêncio para que o vereador possa fazer a sua

manifestação. E quero fazer aqui um registro desta Presidente: as pessoas da imprensa que estão no plenário se cadastraram. Todos que estão aqui são jornalistas devidamente cadastrados, independente de ideologia política. Isso não vai vigorar aqui! Os senhores que são defensores da democracia e da liberdade respeitem a pessoa que está no plenário. Agora, mais uma vez, sentem-se e fiquem em silêncio, para que esse vereador fale na tribuna, se não vocês vão ter que deixar o plenário, porque está muito difícil conduzir a sessão! Sentem-se e fiquem em silêncio!

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Continuando a fala, vou fazer referência ao que disse o meu colega Ver. Prof. Alex, ao que disse aqui o meu colega Ver. Adeli Sell: a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi o único Poder Legislativo no Brasil que nunca fechou as portas durante a ditadura militar. Só em uma oportunidade a Assembleia foi fechada, por boa parte dos mesmos que querem fechar a Câmara hoje! E nós não vamos permitir que um poder eleito democraticamente pelo povo seja fechado. Nós temos que discutir o projeto. Os mesmos que querem fechar são os que ontem não queriam o plebiscito no Estado para avaliar a venda das estatais e hoje pagam *outdoor*, pagam adesivo, estampam no peito que querem o plebiscito. Discurso de ocasião, de oposição que quer “o quanto pior melhor”. Eu não vi aqui a oposição dialogar, eu não vi a oposição perguntar qual é o conteúdo das emendas, o que é bom para o servidor. Eles querem saber o que é bom para a eleição deles no ano que vem. Então nós temos que ter responsabilidade, votarmos e transformarmos a nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, se não me engano – aí estou falando do Estado Democrático de Direito, que é composto por três poderes e um órgão de controle, o Ministério Público –, no ano de 2010, foi decidida a questão da profissão de jornalista – V. Exa. é jornalista – e foi dispensada, com justeza ou não, a questão da titulação, que é uma decisão da Suprema Corte do nosso País. Um dos pilares centrais basilares de uma democracia é a liberdade de imprensa, tanto é que V. Exa., inclusive, indo além do que eu, como Presidente, havia determinado, liberou a livre circulação dos jornalistas aqui dentro do plenário. O Márcio Strzalkowski tem um registro profissional – está aqui. Eu não posso amoldar o direito, Professor Wambert, à minha conveniência ou à minha ideologia. Está ali o menino que é jornalista, trabalhava até ontem no jornal JÁ, deu várias entrevistas, é assessor da bancada do PSOL. O Sul 21, que é de uma outra vertente política, pode estar aqui a sua representação ou os seus setoristas; a Zero Hora; o Correio do Povo, o Jornal do Comércio, a Bandeirantes – gostemos ou não a nossa imprensa aqui dentro dos marcos legais. Então é um profissional que está no exercício de sua função, e querer à força calar a sua lente ou a sua voz, cercear o seu trabalho é ir ao encontro daquilo que os regimes mais odiosos ou ditatoriais do mundo fazem no dia de hoje. Na Venezuela, prendem jornalistas todo o dia. O que nós não queremos, seja de esquerda, ou seja, de

direita, é esse tipo de cerceamento, que possa exercer a sua profissão com liberdade e com dignidade, como o Márcio aqui está, e foi conferido pela Presidente o seu registro profissional. Eu, não só como parlamentar, mas como advogado defenderei até o último instante e o último recurso o direito dele exercer a sua sagrada profissão. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Valter Nagelstein.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, nós ainda não entramos no mérito a fundo do projeto, nem das emendas, e eu concordo que devemos encaminhar emenda por emenda. Nós estamos num ponto prévio, que é um ponto de garantia democrática. Num primeiro momento, quando nós pedimos para parar a sessão, tinha um único sentido, a de apreciar conjuntamente o que estava ocorrendo. Nós tínhamos informações de que havia repressão, e teve vereadores que apontavam o nosso enfoque como baderna. Ninguém negou que havia problemas ocorrendo no entorno da Câmara de Vereadores, e até aí nós chegamos. Infelizmente não se tomou uma medida enérgica do ponto de vista da Câmara para garantir que não haja repressão e para que haja o direito legítimo à manifestação sem confusão, que era a obrigação nossa como vereadores. Agora eu aponte, o Ver. Adeli Sell apontou um problema, e nós o que queremos de V. Exa. é a identificação desse cidadão, porque ele é conhecido pela vanguarda de Porto Alegre, pelos trabalhadores de sindicatos, pelos trabalhadores municipais como um agente de provocação de extrema direita que no seu perfil tem armas na mão. Eu não conheço ninguém, que no seu perfil, tem armas na mão fazendo essa apologia da violência. Já estive envolvido com a Guarda Municipal, com a EPTC e o que nós queremos de V. Exa. é que identifique. Se a Presidente da Câmara sustenta o direito dele, e a Presidente da Câmara...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Roberto Robaina.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Mas eu quero o seu esclarecimento sobre isso, é só isso que estou pedindo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador, já foi esclarecido. Este cidadão é jornalista, ele se inscreveu e se identificou, tem registro profissional. Eu quero dizer que isso não é uma Questão de Ordem neste momento.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós estamos discutindo aqui um projeto que todos dizem ser um projeto fundamental para a cidade de Porto Alegre. É um projeto que mexe na

carreira dos servidores e tem um impacto orçamentário fundamental. E um vereador sobe a tribuna, no seu tempo de discussão do projeto... Aqueles que dizem que o projeto não foi debatido, que não houve tempo para falar do projeto, que tentaram de todas as formas postergar a votação e a discussão do projeto, e o vereador sobe à tribuna, não discute o projeto e reclama da presença de um jornalista no plenário. E mais, com todo o carinho, com todo o respeito, Ver. Adeli, V. Exa. diz que trabalha pelo apaziguamento dos ânimos, mas faz desta tribuna um discurso inflamado, apontando dedos, o que não contribui para o clima de paz que nós precisamos para fazer a discussão. Aliás, vou me dirigir também... Quando o Ver. Roberto Robaina usou o microfone de apartes, ouvi os servidores pedindo silêncio porque queriam ouvir o Ver. Robaina. Eu quero dizer o seguinte: os senhores clamaram por uma audiência pública, clamaram pela discussão do projeto, clamaram pelo aprofundamento da discussão... Sra. Presidente, mais uma vez peço que assegure meu tempo.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, por favor, permaneçam em silêncio para que o Ver. Ricardo Gomes finalize sua fala. Obrigada.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Nós já tivemos jornalistas cadastrados na Casa que saíram direto deste plenário para dentro de gabinete de vereador, porque aí era isento no caso – aí era isento! Então, fazer da discussão da presença de um jornalista o tema principal num projeto desse... Ora tanto pediram a discussão do projeto, mais tempo para discutir o projeto, para encaminhar o projeto que não podia ser votado, que precisava audiência pública, e agora que nós estamos aqui para discutir o projeto, simplesmente não deixam os vereadores falarem porque não querem discutir o projeto. Querem a repetição dos argumentos de vocês. Só que os senhores não são a totalidade de Porto Alegre. A totalidade de Porto Alegre está expressa na pluralidade deste plenário. Este plenário, na sua pluralidade, representa os porto-alegrenses. Parte dos porto-alegrenses é os senhores, e tem todo o direito de falar na sessão de hoje, através dos seus representantes, não através do grito que silencia a maioria. A minoria não há de prevalecer sobre a maioria, e se isso acontecer não estaremos em democracia. Os senhores sobem aqui para falar de democracia, mas querem, lotando a galeria com uma minoria, suprimir a maioria. Uma democracia é o regime em que o debate acontece e, se V. Sas. deixarem, ele acontecerá, porque V. Sas. querem calar o Parlamento, e é isso que fazem quando forçam o portão da Casa, Presidente. Quem está a provocar incidentes são os que não querem que o projeto seja votado. Quem está usando a força, num primeiro momento, são os que querem dizer: “Houve violência, não se pode votar” – mas esses que estão causando a violência. Então, é um apelo que faço a todos aqueles que disseram que queriam discussão do projeto, que queriam um tempo para falar, que foram ao Judiciário pedir audiência pública, o apelo é: senhores, deixem o debate acontecer. Os 36 vereadores da Casa estão

aqui para debater o projeto. Silêncio para que o debate possa ocorrer na tribuna por aqueles que a população escolheu para falar, através do voto. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, colegas vereadores, cidadãos que estão na nossa galeria, eu quero começar me somando ao Ver. Adeli Sell quando ele fez uma homenagem ao professor José Giusti Tavares. Esse professor foi cruelmente perseguido pelo PT, foi processado pelo PT por ter usado a sua liberdade de expressão numa obra chamada “O totalitarismo tardio, o caso do PT” – é o nome do livro dele. Criou-se um caso *sui generis* na jurisprudência, que o PT pretendia que uma pessoa jurídica e um partido político tivesse danos morais. Então o PT não me surpreende. É uma pena que o Ver. Adeli Sell não está aqui, espero que ele esteja no cafezinho, ou no banheiro, mas que esteja escutando, porque não gosto de falar pelas costas de ninguém. Vereador, o senhor é um hipócrita, o senhor vem nesta tribuna falar em democracia, quando o senhor vem perseguir um jornalista, porque discorda ideologicamente dele. Esta, Ver. Oliboni, é a faceta do PT: perseguir, processar, meter violência moral contra jornalistas. E aqui é a Casa da democracia, eu jamais vi algum vereador, seja conservador, liberal ou de direita, perseguir qualquer jornalista porque ele é de esquerda. Agora, o vereador sobe aqui na tribuna para insultar o jornalista Márcio, que está ali na dele, que está aqui calado, simplesmente exercendo o seu trabalho. Este é o PT, vereadores. Como o professor José Giusti Tavares, que foi aqui homenageado pelo Adeli Sell, disse: “É um partido totalitário, que tem aversão à democracia”. E vou lhe dizer, Ver. Adeli Sell, fascismo é isso que nós estamos vendo aqui. Quer ver a vaia que vou tomar?

(Manifestação nas galerias.) (Vaia.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Isso, mais. Isso é fascismo! Já invadiram a Câmara, já tentaram impedir este Parlamento de funcionar e tentam calar no grito quem está no livre exercício do seu pensamento aqui na tribuna! Isso é fascismo. De fascismo, totalitarismo, covardia e violência moral, como ouvi agora neste plenário, o PT é mestre. Imaginem o vereador que tem imunidade, que é um parlamentar, acoçando, acuando, apontando o dedo, insultando o jornalista! Onde é que está o fascismo, se não é a inversão da violência? Eu vi violência moral, eu vi fascismo nesta tribuna, praticado pelo PT, que disso entende. E eu quero dedicar esta minha manifestação ao professor José Giusti Tavares, eu estive no seu velório, fui prestar a minha homenagem e me lembro muito bem que o maior algoz, o maior carrasco, o maior perseguidor do professor foi o Partido dos Trabalhadores, que o processou por ter escrito o livro acadêmico chamado “O totalitarismo tardio: o caso do PT”. Os

municipários de Porto Alegre estão muito mal acompanhados, muito mal representados, porque, se tem alguém que não quer o diálogo e a construção, são os vereadores que os representam e o sindicato que os representam. Eu posso dizer: na última eu votei contra o projeto. Na última eu votei...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Vou pedir tempo, Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Senhores e senhoras, muito obrigada pelo silêncio.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Eles não lembram, eles não têm memória, que, na última, eu votei a favor deles. É! Sabem por quê? Boa parte de vocês é de fascistas. Eu votei contra...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Presidente...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, senhores, está quase terminando a fala do Ver. Professor Wambert, vamos ficar em silêncio para escutar.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): No outro projeto eu votei contra porque prejudicava o direito adquirido, porque era inconstitucional, eu defendi os municipais. Se tem alguém que não quer diálogo é o Simpa, que é uma manifestação, uma expressão clara de fascismo, chegou a agredir meu assessor no ano passado aqui na Câmara, que esteve no Pronto Socorro costurando um corte na testa de uma agressão que levou do presidente do Simpa. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidenta, eu estou percebendo que o projeto que ora está em discussão não é a matéria prioritária, essas ofensas continuam a cada manifestação. Eu acho importante V. Exa. dizer claramente ao plenário que nós estamos é discutindo o projeto neste momento.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, vereador, assim como o jornalista dentro do plenário não era a questão.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidenta Mônica e colegas vereadores, eu subo aqui porque ainda estou na linha de mostrar o que está acontecendo lá fora. É uma tarde atípica. Se puder colocar o vídeo...

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Como disse o Ver. Robaina, nós não estamos julgando, só estamos mostrando o que está acontecendo lá fora. É um vídeo de um minuto e pouco. Vocês podem ver que tem gás lacrimogêneo em todo lugar, balas de borracha, bombas... Isso é o que está acontecendo a 50 metros do plenário da Câmara Municipal. Eu não analisei todo o vídeo, não estou fazendo julgamento de quem começou, se é legítimo ou não. Isso está acontecendo neste momento. Pode até acelerar um pouco mais. Estamos discutindo a presença de uma pessoa aqui, mas vocês podem notar que, de maneira geral, a grande imprensa e outros órgãos da imprensa estão lá fora mostrando o que está acontecendo neste momento, em Porto Alegre, na Câmara Municipal. Neste momento acontece isso, Presidente Mônica. E eu não tenho como não lhe pedir de não ser passiva em relação a isso, como se lá fora não estivesse acontecendo isso. Agora o policial dispara tiros de borracha no rapaz que vem pegar o seu instrumento musical. Mas eu não estou aqui, repito, não é um julgamento esse vídeo, deve haver vários vídeos que estão rodando. O que eu estou mostrando é o que está acontecendo lá fora nos portões da Câmara Municipal, com professores e servidores do Município que lá estão. É isso que está acontecendo. Eu queria que o Peterson colocasse duas fotos, duas de tantas agressões, uma pessoa foi agredida no rosto e outra na perna (Mostra fotos.), resultado das balas de borracha. As balas de borracha, quando disparadas próximo do corpo, podem inclusive matar, é bom dizer. É isso o que está acontecendo neste momento lá fora. Então eu repito, novamente, pela terceira vez: estou mostrando vídeos que estão chegando a todo o momento nos nossos celulares, se os vereadores acham que esse é um momento normal da Cidade e, portanto, seguimos a discussão como se nada estivesse acontecendo, eu gostaria de não estar incluído nesse grupo de pessoas que pensa dessa forma. Esses são os fatos. Se não temos maioria, se não temos os 19, pelo menos até o momento, para impedir a continuidade da sessão, mas eu não quero ser conivente com o que está acontecendo lá fora, independente da razão, de quem tiver ou não ela. Então, é esse o apelo que faço e acredito que está nas mãos da Presidenta Mônica, inclusive com previsão regimental de que quando há tumulto, se não me engano, há, sim, possibilidade de encerrar a sessão. É isso que encaminho. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Marcelo, a calçada é um lugar público, logo, é de responsabilidade da Brigada Militar.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, nós, alguns vereadores, foram, no final do ano passado, tratar de temas do interesse da Cidade, recursos no Banco Mundial, revitalização de zonas urbanas degradadas e tivemos uma agenda em Washington. No final dessas agendas, nós aproveitamos para fazer, por gentileza do governo de lá, uma visita guiada ao Congresso americano. Quero voltar no tempo para lembrar que Alexis de Tocqueville tinha saído da França, foi aos Estados Unidos e escreveu um livro chamado A Democracia na América. Quando nós estamos falando de democracia na América, nós estamos falando na primeira democracia moderna. Nós tínhamos lá a antiga democracia nos modelos gregos, depois viemos para a Idade Média, depois, infelizmente, ao longo do século XX, experiências totalitárias, mas nós temos, a partir da Constituição americana, o primeiro Estado Democrático de Direito. E a gente pode discordar ou não gostar de muitas coisas nos Estados Unidos, mas nós não podemos deixar de reconhecer que eles têm uma democracia estável. É difícil para alguns que não sabem o que é democracia deixarem eu falar. Porque ao Robaina escutam, mas a mim não deixam falar! Ou seja, eu não posso, sequer, esboçar um raciocínio. Então, eu peço só um minuto, por favor...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Por favor, não custa nada. Conhecimento não ocupa espaço. Permitam-me falar.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Presidente, peço que assegure o meu tempo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O seu tempo está assegurado.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu não tenho conseguido esboçar sequer um raciocínio... Os nossos democratas, os *black blocs* e por aí vão. Depois somos nós os fascistas. Voltando, por favor, quando nós estávamos entrando na Câmara, no Congresso, tínhamos deixado os celulares numa caixa, vieram os seguranças e nos disseram: “Olha, os senhores vão entrar no plenário, mas é proibido, no plenário, qualquer manifestação ou qualquer gesto de aprovação ou de desaprovação”.

Nós ficamos pensando “por quê?” Por que isso, Robaina? Será que é democracia? Lá na Casa do Povo, na primeira democracia moderna, a gente não poder falar? Aí nós descobrimos...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Por favor, deixem-me falar, pelo amor de Deus!

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Valter, continue a sua fala.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): É que eu preciso ter paz de raciocínio, Presidente. Nós descobrimos, naquele momento, o valor da democracia representativa. O povo fala pelo seu representante numa verdadeira democracia. O que nós vemos aqui, na verdade, nessas liberalidades que tem o Brasil, e que bom, é um processo que, talvez, para alguns, seja muito mais democrático, mas o limite da democracia tem de ser o respeito ao direito do outro poder se manifestar. E daquele que representa uma parcela da sociedade poder, com liberdade, Ver. Ferronato, dar o seu voto aqui. E é isso que nós estamos fazendo. Ver. Oliboni, acho que o senhor está confundindo os papéis. O senhor é Jesus Cristo *fake*, o senhor não é São José, aquele das profecias do apocalipse. O Ver. Oliboni faz uma profecia apocalíptica aqui. É mentira! Ele falou que os aposentados vão ficar... Que no mês que vem os servidores não vão ter dinheiro, seus salários. Não é verdade! E o senhor repete uma mentira à exaustão, naquela velha tática, para que a mentira vire verdade. Imediatamente, o salário de ninguém, nenhum dos salários de vocês, no mês seguinte, no outro ou no outro, vai mudar. No ano que vem, na data-base, vocês vão precisar negociar com o governo o reajuste como qualquer trabalhador. É isso que está se tratando. Há pouco, encontrei uma servidora e ela veio me falar “vereador, eu sou aposentada, não tire a minha aposentadoria, não faça eu voltar a trabalhar”. Eu perguntei a ela “mas quem disse isso para a senhora?” Disseram vocês, repetindo a mentira. Agora, sobre os regimes, atendendo a várias categorias que nós, mais uma vez, continuamos dialogando, Ver. Cecchim, sentamos, há duas semanas, três, uma vez, duas vezes, recebemos sugestões, ouvimos a Astec, os procuradores, a Aiamu, todos os que têm a capacidade de conversar – porque tem gente que não tem, quer impor pela força –, e aí produzimos uma emenda, que está aqui, que elide essa questão. Perguntem aos colegas de vocês se não fizemos esse diálogo. Perguntem aos colegas do som se, quando fui presidente, não tive a capacidade de dar insalubridade que há muito tempo eles queriam; para os outros, o centro de convivência. Então não há essa dicotomia de que uns são inimigos dos trabalhadores, essa visão marxista de corte de classes que alguns defendem aqui, inclusive com a bandeira lá fora “Lula livre”. Lula livre lá na Venezuela, aqui não.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Está aí, eu fiz para que mostrassem quem de fato eles são, e para que pudéssemos votar com absoluta confiança de que nós estamos defendendo o interesse não de 30 mil – embora tenha muita gente boa, e meu respeito aos bons servidores – que toma 50% dos impostos pagos por 1,5 milhão. Nós, dos 1,5 milhão que sustentam os 30 mil, que querem bons serviços

públicos e não podem aceitar que a máquina custe mais do que aquilo que a sociedade pode suportar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito ao Ver. Mendes Ribeiro que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLCE n° 002/19.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas; boa tarde aos vereadores presentes aqui na Casa; vou começar colocando que hoje é um dia muito triste, triste para a democracia, triste pela forma como estão sendo articulados e conduzidos os processos aqui dentro desta Casa, ao mesmo tempo em que a gente tem, dentro da sessão plenária, um provocador do MBL que já tem antecedentes de dentro do movimento social de agressão física, verbal e psicológica a manifestantes – isso é de antes, ainda da minha época de movimento estudantil, porque tem antecedentes –, sendo contratado por vereadores que aqui dentro estão, para fazer o que é dito uma reportagem, mas repórter não faz isso, repórter não agride, repórter não provoca, repórter não cumpre o papel que ele está cumprindo aqui dentro, de um provocador a mando de vereadores. Então, é muito triste ter esse sujeito aqui dentro da nossa sessão, ao mesmo tempo em que a gente tem trabalhadores do Município tomando pau da Guarda Municipal lá na rua, sendo desmoralizados aqui dentro, porque o que a gente mais vê é riso e piadinha de uma situação catastrófica que está se dando lá fora, e pouco se encaminha em relação a isso. E é notável, por parte dos vereadores da bancada do governo aqui dentro, as opções que estão sendo feitas em detrimento a uma economia mínima de R\$ 16 milhões. Há R\$ 66 milhões de isenções nos últimos dois anos para as empresas; há cerca de R\$ 1 bilhão de dívidas que empresas, principalmente do setor financeiro, têm com o caixa do Município; as dívidas de imposto que, principalmente, o setor imobiliário tem com o caixa do Município, que somam mais de R\$ 700 milhões. E está sendo feita uma opção aqui de colocar nas costas dos mais pobres, que são os trabalhadores das comunidades que usam as instituições públicas, a conta de uma crise que não é nossa. Então, a gente tem aqui vereadores legislando para os mais ricos desta Cidade, para a manutenção desses privilégios, enquanto a gente deveria estar trabalhando aqui – Ricardo, que está rindo aí, inclusive enquanto eu estou falando – pela equidade social, pela justiça social, para que, realmente, essa situação de sermos a Porto Alegre dos extremos, uma das cidades mais segregadas do Brasil, depois de Florianópolis. A gente está corroborando aqui para tirar renda, para tirar recursos dos mais pobres e dos trabalhadores que dão vida às instituições públicas, e está garantindo

isenções, está garantindo exonerações e está garantindo o não pagamento do setor mais rico de dentro da nossa Cidade.

Então, para colocar a discussão do nosso projeto, é um absurdo o que está sendo articulado e como está sendo conduzido, de uma forma completamente violenta. É um ataque não só à carreira, mas um ataque físico à integridade desses trabalhadores do Município, que deveriam estar aqui dentro, para conseguir acompanhar pessoalmente aquilo que diz respeito a sua vida. Quero colocar aqui, então, o nosso repúdio à forma como estão sendo conduzidos os debates e os trabalhos, e também à forma como estão sendo articulados aqui pela base do governo esses ataques, essas provocações, através do tal jornalista do MBL.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que aqui está, de ambos os lados, nas galerias, eu ouvi atentamente os vereadores reclamando de funcionários sendo agredidos. Eu quero dizer que é verdade. Os guardas municipais, que são nossos colegas funcionários do Município de Porto Alegre, estão apanhando nos portões! Estão apanhando! A Guarda Municipal está apanhando! Conversei com o Ver. Sgarbossa e mostrei o vídeo anterior àquele que ele mostrou, e ele é um democrata, concordou. Ele mostrou o seu vídeo, e nós não precisamos mostrar o outro vídeo, porque todo mundo sabe a prática desse pessoal que está lá fora, todo mundo conhece. Eu queria dizer aos meus queridos colegas da base do governo – eu não tenho vergonha de dizer que sou da base do governo, não; eu assumo! – que não se preocupem com votos, porque essa turma que está aqui, hoje, desse lado, já foi trazida por deputados estaduais, federais, por vereadores, ex-vereadores, cada um trouxe dez! Esses aí todos têm candidatos. Nós não temos que nos preocupar com esse barulho, não temos que nos preocupar com essas vaias, não precisamos nos preocupar com o que eles pensam, também não precisamos nos preocupar com uma dezena, uma centena ou alguns milhares, porque a população é muito maior, nós temos 1,5 milhão de pessoas lá fora aplaudindo.

Eu quero dizer ao Ver. Ferronato, meu querido companheiro e colega de faculdade, que disse que não recebeu um pedido para votar a favor: não recebeu porque é colega funcionário público, e eu respeito. Eu recebi muitos, o Ricardo Gomes recebeu, o Valter recebeu, o Carús recebeu, todos nós recebemos pedidos para votar de acordo com a população e não de acordo com a corporação. Estamos aqui hoje para dizer, sem medo de errar, sem receio nenhum, nós não queremos atingir nenhum servidor não! Nós queremos é dar as mesmas condições de trabalho para servidor público e servidor da iniciativa privada!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Aqueles que estão ofendendo os CCs, virando-se para lá e chamando-os de “cecezada”, respeitem os CCs! Respeitem os CCs! A maioria deles trabalha mais do que vocês! A maioria deles trabalha muito mais que vocês!

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Por gentileza, há um vereador na tribuna.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu quero fazer um pedido a vocês todos! E quero dizer para vocês que, se for o meu último mandato, eu não terei problema nenhum porque eu me sustento com o meu trabalho; vocês não, vocês não se sustentam! Eu não tenho problema em ser o meu último mandato, eu ganho para viver, eu não dependo das tetas do poder público! Eu dependo do meu trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, colegas vereadores e vereadoras, funcionários públicos municipais que constroem esta Cidade no dia a dia; eu quero aqui tentar discutir alguma coisa do projeto, porque os que me antecederam aqui, Ricardo Gomes, Professor Wambert, Valter e Cecchim, não discutiram nada do projeto, e aí eu fico impressionado porque, quando nós contrapomos alguns dados, alguns números, nos chamam de mentirosos. Eu pelo menos quero dizer com muita tranquilidade, prezado Ricardo Gomes, que não acho que, por divergir e mostrar a divergência, alguém tenha que ser tratado como mentiroso aqui neste Parlamento. Não é isso, prezado Pujol. Nós temos que debater aqui a divergência que nós temos, está na essência deste projeto. Por que na essência? Este projeto destrói uma das joias da administração pública, que é a valorização do funcionário público municipal. É isso o que está em discussão. Eu, há pouco, falava com o meu colega vereador e amigo Luciano Marcantônio, que é secretário municipal e que construiu, há poucos dias, aquela duplicação lá no bairro Pedra Redonda. Quem é que fez aquele estudo? Quem é que fez aquele projeto? Quem é que executou? Os funcionários públicos da SMURB, os funcionários públicos da EPTC. Não se gastou nem um centavo, Ver. Ricardo Gomes, com empreiteira para poder construir um projeto como aquele. Isso é ou não é valorizar? A faixa ali está dizendo: “Respeite o HPS, com 65 anos, que foi referência para o Rio Grande do Sul, para o Brasil, para Porto Alegre”. Eu não vou assinar embaixo para destruir essas instituições que nós temos. Aqui, na audiência pública, em que o líder do governo não falou, a maioria da base não falou,

foram apresentadas as contradições; eu escrevi ali e eu gostaria, Sr. Ricardo Gomes, que viesse aqui debater a contradição. O governo diz que a folha de pagamento compromete 53%; os dados do DIEESE dizem que compromete 43% – uma divergência de 10%. Quem é que tem razão? São contrapontos ou tem alguém mentindo? Eu não estou mentindo, eu estou reproduzindo os dados ali apresentados.

Segundo, o governo diz que vai economizar R\$ 16 milhões destruindo a carreira do funcionalismo público municipal. O Marchezan, meus prezados funcionários públicos e CCs que aqui estão – que eu respeito, sim –, disse: “Eu vou diminuir os CCs que o Fortunati tem”. Começou com 400, hoje tem 800. Sabem quanto custa isso por ano na folha de pagamento? São R\$ 64 milhões. Sabem quanto custa o que ele colocou na comunicação? São R\$ 34 milhões. Desses R\$ 98 milhões, se economizar 30%, são R\$ 32 milhões, e, aqui, com este projeto, vai economizar R\$ 16 milhões. Meu amigo liberal Ricardo Gomes, eu não vejo onde está essa conta que o senhor vem aqui defender.

Por último, quero aqui dizer, prezado Presidente, sobre as finanças atuais, no balanço atual apresentado pelo Rigon: A Prefeitura está com R\$ 187 milhões de déficit. Agora, tem um documento assinado pelo Marchezan e pelo secretário da Fazenda que diz que tem R\$ 366 milhões em caixa. Quem é que mente? São dois do governo! Não sou eu. Então, eu não quero dizer que isso seja mentira, eu quero dizer que tem uma contradição colocada nesses números. E estas informações de déficit vêm para querer sustentar o projeto, para poder aprovar o projeto. Então, todos os cinco colegas da base do governo que vieram aqui reclamar do funcionalismo, que estão aqui, não discutiram, não apresentaram nada para justificar que este projeto possa ser votado.

E eu concluo dizendo, Sr. Presidente, que eu também estou aqui, eu não me alio à violência, seja de que lado for, e muito menos à agressão a qualquer pessoa aqui dentro ou lá fora. Portanto, essa responsabilidade é de todos que estão aqui, mas aqueles que estão denunciando e querem que a violência pare, não vão levar a conta dessa violência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna conclamar aos Srs. Vereadores e à plateia para que a gente possa de fato fazer o que a gente se propôs. Já são 17h20min e a gente ainda não conseguiu trabalhar, votar, enfrentar o problema que temos e que precisa ser enfrentado. Nós estamos entrando em pautas totalmente inferiores, na verdade, o projeto e o propósito fazermos a votação. Se nós não avançarmos naquilo que é necessário, nós não vamos conseguir realizar o propósito que é chegar ao final da noite com a decisão favorável àquilo que os trabalhadores estão clamando. Eu queria pedir que nós pudéssemos, a partir de agora, remangar as mangas e fazer o enfrentamento das propostas, fazer aquilo

que precisa ser feito. Nós viemos aqui para trabalhar e até agora nós estamos indo para outros caminhos que não é o propósito pelo qual nós precisamos realmente enfrentar, que é a votação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Olha, colegas vereadores, não será nem a primeira nem a última vez, porque, desde o início, a manipulação dos dados e dos números têm sido uma prática deste governo. Aliás, não é só a manipulação dos dados, é a pouca transparência inclusive que foi apontada pelo nosso Tribunal de Contas, a ausência da transparência, o parcelamento dos salários de vocês com dinheiro em caixa. Quando o governo veio aqui, na audiência pública... Não são os dados do DIEESE, Ver. Comassetto, são os dados do TCE, que registra na sua página, para qualquer um ver, que não são os 50 e poucos por cento apresentados pelo secretário que foi aqui designado para falar em nome do governo, mas são os 43,03% da receita líquida do Município. Esse é o dado oficial, dado de quem está fiscalizando. Porque o que estamos encontrando ao longo do tempo é um desencontro de informações que são jogadas à imprensa e ao público para que criem perante a opinião pública esse apocalipse, vou usar aqui palavras já usadas na tribuna pelo Ver. Nagelstein, mas o apocalipse das contas públicas que não é verdade. Aliás, quero recordar à bancada do MDB, que nós trouxemos os dois secretários, o que tinha sumido e que dizia publicamente que a situação do Município era pior que a do governo do Estado. Vocês se recordam disso? Pois veio o aqui o secretário Eroni, do PSB, e mostrou que aqueles números apresentados pelo governo não eram verdadeiros. Era mentira! Porque o que este governo tem feito é isto: manipulado números para convencer a opinião pública e colocar na conta dos nossos servidores a necessidade de fazer cortes. Então, é por isso, meus amigos, diante desse número que trago a vocês, que é público, que é do Tribunal de Contas, que estamos com uma margem possível para administrar e enfrentar a crise e poder retirar o Município da situação que está. Nós compreendemos, nós sabemos da necessidade, nós queremos que o nosso Município possa honrar, com os nossos servidores, com o pagamento em dia; nós queremos que o nosso Município possa voltar a ter obras, que possa ter serviço de qualidade. Evidentemente que nós teremos, mas nós sabemos que vocês, servidores, são peça fundamental para que possamos retomar, mas este governo não faz isso, ele se aproveita da situação, mente números e traz a esta Câmara um projeto que acaba com a carreira dos servidores. Eu quero lembrar aos nobres vereadores, aos colegas vereadores e ao público que nos acompanha, que, no verão passado, cruelmente, várias comunidades ficaram sem água. Sabe por quê? Por causa da mentira deslavada, porque o DMAE tem condições e dinheiro para atender à comunidade. E sabe por que não atenderam? Não atenderam porque querem entregar o que há de mais valioso no poder público. Hoje, se passar este projeto, é apenas o início

do desmanche da nossa Cidade. Vamos à luta! Vamos resistir, porque nós vamos enfrentar a mentira que este governo quer trazer para a cidade de Porto Alegre. Comunidades ficaram sem água, nós fomos à justiça. Sabem por quê? Por causa da mentira, Ver. Ricardo Gomes, por causa do desmanche, e sabe qual foi a alegação? A mesma de sempre: a culpa é do governo passado; a culpa é dos antecessores. O que nós vivemos é a incompetência! O que nós vivemos é o desmanche! E é por isso que nós vamos resistir a este governo que mente à população, que mente descaradamente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19, por cedência de tempo deste vereador.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver. Mauro Zacher, senhores vereadores..

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu vou aguardar...

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O seu tempo está assegurado, Ver. Valter Nagelstein.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu sei que o Ver. Mauro Zacher, um trabalhista de escola é um democrata e jamais eu subiria aqui na tribuna para dizer que o Ver. Mauro está mentindo; ele tem razão para acreditar nas suas convicções, porém, Terres, o dinheiro que não teve para fazer a adutora de Belém Novo, o dinheiro que faltou na Lomba do Pinheiro, que, com 44°, as pessoas ficaram uma semana sem água, o dinheiro que foi tirado em duas *tranches* do DMAE – e ele sabe tanto quanto eu sei –, foi para pagar o desequilíbrio e o buraco na folha para não atrasar salário. Então, o que o senhor está dizendo, que não tem salário, que não tinha dinheiro no DMAE...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Ver. Valter, o seu tempo está parado.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Tinha esse dinheiro, foi uma opção política do gestor, do prefeito. Foi uma opção política do gestor criar a SMPEO e agregar mais de R\$ 100 milhões à despesa do Município com gratificações

que diferem. Todo mundo quer ir para a SMPEO, para a Fazenda ou para a PGM. Foi uma opção política do gestor. Foram sendo tomadas opções políticas, assim como é uma opção política do gestor ter cargo em comissão. Eu vou dizer para vocês, como disse o Cecchim, desculpem, pode doer no ouvido de alguns: eu fui secretário por duas vezes, tive a melhor relação do mundo com os meus servidores, mas se eu não tivesse CCs, eu não faria a secretaria andar. Eu não faria a secretaria andar. Na Secretaria de Urbanismo todos os meus supervisores eram funcionários de carreira, valorizados que foram. Na Secretaria de Indústria e Comércio todos os meus chefes de fiscalização eram servidores, e eu tenho o maior carinho, a melhor memória e todo respeito a esses servidores. Isso não afasta o fato de que para além desses e do trabalho que eu sei que fiz e que tenho orgulho de ter feito, eu precisava e continuo precisando daqueles trabalhadores que merecem o mesmo respeito que qualquer outro, que eram os CCs que estavam lá. Eu não vejo, de novo, essa dicotomia. Para mim, é mentirosa essa dicotomia. É mentirosa! Assim como é mentiroso esse ataque aos terceirizados. Por quê? Porque só ataca terceirizado, que é, na verdade, o lado fraco da corda... Porque o porteiro que está aqui na Câmara, para ganhar um pouco mais do que salário mínimo, trabalha tanto quanto qualquer outro servidor que está aqui. Merece respeito tanto quanto qualquer outro, mas está desprotegido. Esse não é defendido, Ver. Adeli, pelo seu partido, o senhor sabe por quê? Porque o senhor faz política de clientela. O seu partido faz política de clientela! Defende uma determinada categoria que, organicamente, se vincula ao seu partido para eleger os seus representantes. As categorias que estão aqui têm o direito de serem ligadas ao PSTU, ao PCdoB, ao PSOL, e esses partidos, portanto, fazem advocacia de clientela para aquela sua parcela, que, normalmente, Bosco, são os sindicalizados. Eu até tenho pena do PDT, que, nessa história, teve uma crise de identidade. Com a sua fantástica história, desde Getúlio, passando por Jango, por Brizola, pela memória do meu pai, perdeu as suas referências. Queria ter sido o grande partido de massa, e o PT foi lá e roubou o pirulito do PDT, e o PDT ficou perdido nessa história. É um direito que eu tenho, de fazer essa reflexão. Gostaria eu que se encontrasse historicamente, e não tem espaço para isso, Ver. Mauro Zacher, porque esse espaço hoje já é do PT e do PSOL, fazem muito melhor do que o senhor, inclusive sabem mentir o que o senhor não sabe. O senhor se enganou, é diferente! Eles mentem. Porque o dinheiro esse, que ele acabou de falar aqui, Ver. Camozzato, que não foi investido porque o povo ficou lá sofrendo, querendo fazer esse chauvinismo – não é a expressão correta, retiro –, esse drama para o povo, não houve, exatamente, porque houve uma opção política de pegar esse dinheiro para pagar folha de pagamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Os servidores têm que ter muita paciência, porque eu tenho que ter muita paciência, e eu estou aqui sem levar bomba de gás, sem ser reprimido. Os servidores têm que ter muita paciência.

O Ver. Valter adora tentar fazer algum tipo de aula política. Valter, se tu quiser fazer aula política sobre ética, a primeira coisa que tu tens que fazer é sair do MDB, sinceramente. O Temer, que eu saiba, acabou de ser solto. O Brasil é o país das grandes coincidências, um doleiro que, segundo as investigações da Lava Jato, fornecia recursos para o Eliseu Padilha, ou pelo menos tem um debate sobre isso, acaba de ser assassinado.

(Aparte antirregimental do Ver. André Carús.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É sim, ou tu vais aqui, Ver. Carús, defender o Temer? Fique quieto, Ver. Carús, fique quieto! Agora vocês defendendo o governo Marchezan, nós o que chamamos aqui é derrotar este pacote do governo Marchezan. E este acordo entre o MDB e PSDB....

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Covarde! Tu és covarde!

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A presidência tem que restabelecer a ordem, porque o Carús é um provocador.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Vereador, o seu tempo está garantido.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vai botar ordem no seu partido! O Carús ficou atingido quando ataquei o Temer, está tomando as dores do Temer!

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Ver. André Carús, desculpa, mas eu cortei o microfone de apartes porque tem vereador na tribuna. Está assegurado seu tempo, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu estava falando do Valter Nagelstein, é normal que o Carús tenha tomado as dores. Eu fiz a definição do MDB, é o que eu penso do MDB chefiado pelo Temer e pelo Eliseu Padilha. É o que eu penso! E é graças a esta aliança entre o MDB e o PSDB que o pacote antisserviço público pode ser aprovado na Câmara de Vereadores, infelizmente. Nós vamos lutar contra! Nós vamos lutar, em primeiro lugar, contra um pacote, um pacote que liquida a carreira! E é importante que a população saiba que os procuradores do Município – isso foi explicitado na audiência pública – sequer participaram da elaboração do projeto. O projeto tem erros de todo tipo. Uma parte do projeto impede o reajuste da parcela autônoma, outra parte do projeto define que tem reajuste. Se o projeto de lei do governo

for aprovado tal como está, não teria nenhuma consistência, sequer jurídica; por isso que o governo começa a discutir a possibilidade de uma outra emenda, mas é tão confuso, porque o governo não quer clarificar o debate. O governo não tem interesse em clarificar, o governo tem interesse em passar um pacote, um pacote ainda mal redigido, para depois, quem sabe, fazer redações por fora da Câmara. Nós estamos muito preocupados; ao liquidar a carreira, liquida o triênio, liquida o adicional de 15%, liquida o adicional de 25%, cria uma parcela autônoma, sim, fazendo com que, no tempo, num período de 30 anos, o prejuízo para o servidor público seja um prejuízo que impacte, Ver. Conceição. O Ver. Conceição falava que não tem prejuízo para quem está no serviço público. Tem, sim, Ver. Conceição, é um prejuízo de 30, 40%, no mínimo! E as pessoas, Ver. Conceição – tu falas tanto dos teus pais, de ti mesmo que fizeste concurso –, quando fazem um concurso, fazem para um determinado salário, para uma determinada carreira. As pessoas que passaram no concurso público têm esse mérito. Quem não passou, não passou, mas quem passou no concurso público tem que ser respeitado. E o projeto do governo não respeita! O que estamos chamando a atenção é que o projeto do governo não respeita, sequer os que estão hoje; ataca o futuro, mas não respeita os que estão hoje, produzindo um impacto de 30, 40% na redução do poder de compra dos servidores públicos, de 25 mil servidores públicos que passaram nos concursos públicos e que são a alma do serviço público da Cidade. E aqueles vereadores que atacam o servidor público são, na verdade, a lógica daquele ex-presidente que sofreu o *impeachment*, o Collor de Mello, é a lógica do Collor que vocês querem impor goela abaixo na cidade de Porto Alegre. Não passarão. Nós vamos resistir e vamos impor uma derrota a este projeto autoritário e neoliberal. Se não ganharmos hoje, podem ter certeza de que ganharemos amanhã.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Roberto Robaina. O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Presidente Mendes, primeiramente vou solicitar que sejam respeitados aqueles servidores que estão preocupados com o projeto, que querem acompanhar a discussão e que não estão na linha do quanto pior, melhor, porque este projeto tem três caminhos: aprovação, rejeição ou aprovação com algumas emendas que nós buscamos dialogar com os servidores e até mesmo com a oposição. Mas, Ver. Roberto Robaina, o senhor nos diz uma coisa no particular e vem no público, depois, e diz que é outra, e o senhor diz que sou eu que mudo. E que venho aqui defender o Temer e, por isso, me arvorei contra o seu discurso. Não! Arvorei-me na falta de decoro na referência que fez ao Ver. Valter Nagelstein, o qual, na sua conduta de vida pública, não pode ser comparado com o Temer.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): O senhor faça o seu *show* à vontade, vou aguardar.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O seu tempo está garantido, Ver. André Carús.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Acho que nós temos que avaliar até a questão relativa ao decoro quando ocorrem essas manifestações aqui, na Casa.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Só um pouquinho que agora estou falando. Segundo: agora vem dar lição de moral, que para falar em ética o MDB tem que procurar... Pois o espelho do PSOL no Rio Grande, a deputada Luciana Genro, chamou de esquerda mofada quem defende o regime na Venezuela, mas, muitas vezes, V. Exa. e outros vieram aqui defender esse regime. Terceiro: declaração de V. Exa. de que o Battisti não deveria ser extraditado, o mesmo que hoje confessou todos os crimes praticados na Itália. Então, se nós entrarmos no debate das contradições políticas, de ambos os lados, nós vamos levar um bom tempo para superar. Hoje o foco é outro. E se nós não queremos derrota total, e sim uma construção que valorize os servidores e que reconheça também que não é mais possível, Ver. Idenir Cecchim, governar com um crescimento vegetativo da folha como está colocado, não é mais possível governar com esses reajustes automáticos.

Claro que é isso! Foi condição da nossa bancada. Não podem abandonar os direitos adquiridos e, muito menos, a questão dos regimes de trabalho, e é isso que nós estamos fazendo com a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, que, no momento próprio, nós vamos discutir e queremos o voto da oposição para isso. E também vamos aperfeiçoar com uma emenda do Ver. Cláudio Janta, que suprime integralmente o art. 6º, ou vocês acham que a gente tem que ficar aqui...Cá entre nós, gente, o governo tem votos para aprovar o projeto! O que nós queremos aqui é aprovar as emendas que garantam a integridade do serviço naquilo que é essencial e não com perfumaria! É isso que nós estamos querendo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. André Carús.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, eu só quero fazer um registro para que fique nos Anais da Casa. Eu tenho 15 anos de vida pública, eu não tenho uma acusação, uma investigação, um processo, uma condenação.

Não me comparem com ninguém, muito menos com bandido ou com condenado. Muito obrigado.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Feito o registro, Ver. Valter. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCE nº 02/19, por cedência de tempo do João Bosco Vaz.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Sr. Presidente, quero, rapidamente, pontuar duas coisas, a primeira delas, queria me dirigir àqueles vereadores que ainda estão indecisos. Eu acompanhei pela imprensa hoje e sei que muitos vereadores votariam a favor do projeto, caso suas emendas fossem aprovadas. Eu quero relatar aqui, talvez, esses vereadores não estiveram aqui na nossa audiência pública na quinta-feira, vocês se recordam do que o presidente do Simers relatou nessa tribuna? Que tinha largado de mão, que tinha tentado construir com o governo emendas e possibilidades para que fosse aprovado o projeto e essa articulação acabou...E quero relatar uma série de outros momentos em que emendas foram aprovadas aqui, articuladas no plenário, junto com a liderança do governo, e depois foram vetadas. O que nós precisamos aqui é de tempo. Tempo para construir, tempo para discutir, tempo para negociar, tempo para que a gente possa mostrar os reais números das finanças do Município. É esse apelo que quero fazer, porque vocês, hoje, podem aqui decidir. Decidir o desmanche de carreiras que foram construídas aqui ao longo do tempo. Eu quero me dirigir, seguramente, ao Ver. Valter Nagelstein, respeitosamente, como sempre foi o nosso diálogo. Eu aqui não fiz nenhum tipo de referência ao posicionamento de outras bancadas, porque eu acho que é uma posição da sua bancada. Também não posso aceitar que sejam feitas aqui referências pejorativas à nossa bancada. Olha, dizer que o PDT está numa crise de existência... Nós até podemos fazer uma discussão, realmente, se... Até acho que o PDT tem que se reconstruir, e ele tem feito isso ao longo da história, porque é um partido que defende bandeiras históricas. Agora, Ver. Valter Nagelstein, o senhor jamais vai nos acusar por falta de identidade. Nós estamos defendendo e estamos resistindo às alterações do Plano Diretor desde o início deste governo. Então, se há crise de identidade, como V. Exa. fala em nossa bancada, eu quero dizer que há crise porque há identidade, porque há compromisso, porque nós queremos fazer aquilo que a gente acha melhor e que condiz com a nossa postura, com a nossa conduta, com a nossa luta, com as nossas bandeiras, com as nossas raízes! É por isso que eu venho até vocês, respeitosamente, aqui há respeito, aqui tem uma família de trabalhistas, da qual seu pai fez parte. Por isso venho aqui afirmar: se há crise de identidade é porque não há falta de identidade do PDT e muito menos falta de compromisso com o povo trabalhador!

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Mauro Zacher. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 002/19.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu vim aqui quebrar um acordo que eu tinha feito comigo mesmo, de não falar, porque pouco está se falando no projeto; está-se falando em tudo, menos no projeto.

Este projeto muda a vida das pessoas. Muda. Ainda há pouco eu conversava com representante do Simpa e do Sindicâmara, volto a insistir que esta Casa é uma Casa de parlamento, é uma Casa de conversações, uma Casa de diálogo. E todos os membros que aqui estão procuram o melhor – o melhor para os servidores. Assim, os servidores estando bem, a população vai estar bem, será o melhor para a população, será o melhor para a vida das pessoas. Aqui não se reuniram 36 pessoas para fazer o mal, aqui não se reúnem 36 pessoas representando a cidade de Porto Alegre para fazer o mal para o povo, para fazer o mal para os funcionários públicos, seja lá para quem for. Nós, com todos os nossos preceitos, com todas as nossas ideologias, convicções, estamos aqui para construir. Eu disse para os dois representantes que chegou o momento agora de irem um ou dois anéis, mas não irem os dedos nem a mão toda. A mobilização de vocês garantiu que os regimes não estivessem sendo votados nesta Casa hoje. Foi a mobilização das senhoras e dos senhores que garantiu isso, que aqui nesta Casa não se discutisse neste ano a questão dos regimes. E no ano futuro muito menos, e que Oxalá permita que nenhum outro governo queira discutir o regime no qual as senhoras e os senhores entraram. Agora nós precisamos discutir a situação real do Município que é sabida por todos nós. E nós aqui, líderes de todos os partidos, as bancadas, os 36 membros desta Casa, precisamos sentar e ver o que dá para fazer e o que dá para construir. O MDB já sinaliza com voto em duas ou três emendas, o PRB já sinaliza também de votar em uma ou duas emendas, um bloco de várias emendas que foi formado pelos pastores, posso dizer assim, junto com o Hamilton, sinaliza isso. O próprio PTB começa a sinalizar, então eu acho que é importantíssimo nós construirmos - o conjunto de todos os membros desta Casa – algo que ajude não somente os municipais de Porto Alegre que necessitam muito da nossa ajuda, mas que ajude a população de Porto Alegre. Porque tudo o que nós decidirmos aqui vai ser levado lá para a ponta, e a ponta é lá na assistência médica, é lá na assistência social, é lá na educação. Se há excessos, há de ambos os lados, se há o comprometimento, há de ambos os lados; agora, o maior comprometimento nosso, o maior excesso que nós devemos ter aqui é com a Cidade de Porto Alegre que amanhã está de aniversário, pela população de Porto Alegre que amanhã comemora o aniversário da sua Cidade. Nós podemos hoje aqui fazer algo que poderá servir de exemplo em todo o setor público, isso cabe a nós, somente a nós. Então eu faço esse apelo para que nós nos desarmemos, façamos uma reunião e que ainda hoje possamos resolver um pouco melhor a vida da população de Porto Alegre e dos municipais da Cidade. Muito obrigado, Sra. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 22, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLCE nº 002/19.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 22 ao PLCE nº 002/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 22 ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Eu queria pedir encarecidamente a todos os líderes e membros desta Casa que nós suspendêssemos a sessão por uns 10 ou 15 minutos para analisarmos as emendas. Já entraram algumas emendas agora, acho que poderíamos nos reunir no Salão Adel Carvalho para conversarmos. Há partidos dizendo que apoiam a emenda tal e tal. Acho que podemos resolver. São 18h, se nós não resolvermos todas as emendas que estão destacadas, nós vamos... Eu acho que todos nós temos o intuito de resolver a vida dos servidores.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.)

Em votação o Substitutivo nº 01 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Sras. Vereadores, Srs. Vereadores, o debate da tarde de hoje está acalorado, e eu tenho feito aqui uma crítica de pouca produção em relação ao debate, pelo menos o governo já acena com a possibilidade de aprovação de algumas emendas que ainda mitigam os impactos do projeto na carreira dos servidores, ainda muito aquém daquilo que nós gostaríamos, principalmente do tempo necessário para que a gente possa reconstruir, pensar de maneira estratégica, pensando no futuro. E nós, através de um substitutivo, apresentamos aqui alterações, mas, sobretudo o mais importante é que nós pudéssemos tocar isso para o futuro, reconhecendo o direito adquirido, reconhecendo que as regras do jogo estão sendo alteradas no meio de carreiras de pessoas que tomaram a decisão de ingressar no serviço público, muitas delas oriundas do setor privado. Essa decisão é encorajada não apenas pela estabilidade, que é algo que encanta diante desse cenário de uma economia de ciclos, tão instável no nosso País, haja vista reconhecermos que somos mais de 14 milhões de desempregados, e esse número da informalidade chega a quase 60 milhões de brasileiros. Percebam o drama. Então a carreira pública se torna boa e encoraja a muitos jovens que procuram, muito em detrimento da estabilidade, e de as pessoas poderem fazer aquilo que há de melhor dentro de uma vida, poder planejar em longo prazo a nossa vida, quando vamos lá e compramos a nossa casinha, quando queremos comprar um carro, quando fazemos aquela poupança para poder pagar a

faculdade dos filhos, enfim, tudo aquilo com que sonhamos como cidadãos. Este projeto evidentemente, reconhecendo que o governo pudesse construir uma maioria, como já tem demonstrado aqui no plenário, embora ainda tenha esperança de que alguns vereadores irão aguardar pela aprovação de suas emendas e substitutivos, diante de vários pontos colocados em relação a regimes, às funções gratificadas, às incorporações, nós tocamos isso para o futuro, reconhecendo que aqueles que ingressarão no serviço público depois de aprovada essa legislação, aí, sim, entrarão com outras regras, o que dará o direito de as pessoas fazerem as suas devidas análises, decisões se deverão ou não entrar no serviço público. Eu acho que há um equívoco mortal na comparação de carreiras públicas com as privadas, porque são carreiras completamente diferentes, com ganhos diferentes, com expectativas diferentes, com dinâmicas de vida diferentes. Infelizmente, os discursos das soluções fáceis, o discurso fácil para problemas complexos é que tem feito isso, essa interpretação equivocada das pessoas achando que nós, cortando do servidor, estaremos resolvendo os problemas; pelo contrário, muitas pessoas boas, preparadas, competentes que poderiam migrar para o serviço público não migrarão mais, encontrarão lá carreiras realmente pouco entusiasmantes, carreiras que, ao longo dos anos, não irão incorporar nada e que não levarão, depois, nada para a sua aposentadoria.

Diante disso, dessa discussão ruim, de poucos argumentos que nos fizessem convencer de que o projeto do Executivo é bom – pelo contrário, fortalece a nossa convicção –, nós apresentamos este substitutivo na pretensão de mexer numa série de artigos, mas, sobretudo, garantir que o que nós iremos aprovar, caso o governo tenha êxito, seria prorrogar isso para os novos concursos públicos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Substitutivo nº 01 ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta Mônica Leal, colegas vereadores, vereadoras, funcionalismo público aqui presente, começamos a poder analisar os detalhes do projeto. O projeto original como ali está, todos sabem que temos contrariedade ao projeto. Esse substituto apresentado aqui em nome da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, o qual entendemos que é um primeiro passo para podermos fazer a análise, garante a relação até então. Esse substitutivo apresenta aqui aquilo que nós chamamos, prezado Luiz Afonso, que fez 40 anos de funcionário público, aquilo que o senhor acordou, quando fez concurso público para entrar na Prefeitura Municipal, aquilo que cada um e cada uma que está nos ouvindo, da cidade de Porto Alegre, além dos funcionários públicos municipais, fizeram acordo. O acordo, quando fizeram o concurso público, é que estava aplicado o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre, estatuto, prezados João Carlos Nedel e Ricardo Gomes, que foi construído pelo Prefeito da época, João Antonio Dib, em 1985, e de lá até hoje foi governado por todos os prefeitos com este documento na

mão, que é um acordo feito com o funcionalismo público municipal. Esse substitutivo diz o seguinte: para todos os funcionários que estão aqui fica garantido o que está escrito, e o projeto do governo vale para os próximos concursados. Bom, é o que nós desejávamos na totalidade? Não, não é. Mas é um passo para garantir aquele compromisso que cada um e cada uma tem.

Eu conversei com funcionários públicos, Ver. Cecchim, o senhor que é um empresário da construção, sabe o que constrói, muitos funcionários públicos compraram casas, e sabem qual é o valor da sua prestação daqui a dez anos. Compraram em cima do salário que estavam recebendo; agora tiram esses benefícios, o que acontece? Não vai conseguir pagar a sua casa, ou outros compromissos de escola, de doença, de enfermagem, enfim, que têm. Então, esse substitutivo vem com essa intenção de garantir o direito, conforme cada contrato que cada um dos senhores e das senhoras fizeram no momento que entraram na Prefeitura. Agora, para os próximos que vão entrar, está bem, vale o projeto do governo que aí está. Mas já estão sabendo, duvido que alguém vai fazer concurso público, um engenheiro, para ganhar R\$ 2.500,00 no funcionalismo público municipal. Então, aqueles que são CCs que pensam em fazer concurso público, certamente não vão fazer porque como CC hoje ganham um valor, agora como funcionário para a mesma função profissional, eu já pensaria duas vezes. Um engenheiro ganhar R\$ 2.500,00, e no seco, como diz o ditado popular, até o final de sua vida, não é nada motivador, não é nada interessante. Então, esse substitutivo vem com essa intenção. A nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, vem aqui dar o apoio e concorda com o substitutivo, que é uma redução de danos. É a política da redução de danos neste momento. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Substitutivo nº 01 ao PLCE nº 002/19, como autor.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Mônica Leal, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. Cumpre aqui destacar inicialmente que faço este encaminhamento como autor, mas também em função que o presidente do PDT, meu colega Mauro Zacher, já encaminhou em nome do nosso partido, também foram autores junto comigo o Mauro e o Bosco. Este é um substitutivo proposto pelo PDT e que tem por objetivo minimizar o impacto do que está sendo proposto com a ideia de que possa se fazer valer as novas regras para os futuros concursados. Então, na tarde de hoje, a gente percebe aqui na Câmara que todo esse movimento que acontece, especialmente nos portões, demonstra o desespero do funcionalismo no que diz respeito ao que está acontecendo, e um apelo já daqueles que têm esgotado todo e qualquer diálogo de sensibilizar aqui a Casa no sentido de que nós pudéssemos, pelo menos, minimizar aquilo que fosse possível, na medida do possível, o

que parece impossível, para que estas regras não atingissem os servidores da maneira como estão atingindo. Mas nos parece que o convencimento aqui não avança, e a nossa preocupação aumenta, porque parte da qualidade do serviço público está fundamentada na boa prestação do serviço daquele que está convencido, daquele que está se sentindo bem, que está se sentindo contemplado na relação com quem exerce o poder de governo, e isso, evidentemente, não ocorre mais, o ambiente já não está mais propício para este tipo de relação, e infelizmente perde a Cidade, perde o cidadão, não por culpa do funcionalismo, mas sim por culpa daqueles que têm a intenção e a compreensão de focar estritamente na questão financeira. Eu discordo deste encaminhamento do governo. Eu acho que não é quanto custa, é quanto vale.

Quando a gente vê a entrevista do prefeito Marchezan que diz que a revisão das carreiras e do IPTU zera o déficit, isso quer dizer que nós poderíamos sim aprovar este substitutivo para que ele passasse a valer daqui para frente, porque, gradualmente, nós iríamos enfrentando o problema sem atingir as pessoas e sem atingir os servidores que tiveram o seu direito adquirido ao longo do tempo e das conquistas dos governos, como já foi dito aqui.

No histórico de tudo que foi feito, desde a época do Dib, por todos que foram passando, de mão em mão, a quatro, a seis, a oito mãos, vários projetos de lei foram aperfeiçoando a carreira do servidor. Agora se vê esta situação de desmoronamento destas conquistas, e estas conquistas passaram a ser incorporadas no dia a dia das pessoas, elas têm estas conquistas como um ganho, como um direito adquirido, e isto deve ser compreendido na relação de governo e servidor, e não está sendo compreendido. Não está sendo compreendido, e quando se faz comparativo de como é e de como vai ficar, obviamente percebe-se que os atuais servidores, os atuais aposentados, enfim, estarão sendo diretamente atingidos pelas novas medidas, e nós não concordamos com isso. Também é verdade que provavelmente este projeto de lei deve passar e, infelizmente, estamos amarrados no sentido de que teremos que acompanhar aquilo que é menos ruim. Tentaremos aprovar e salvar aquilo que for possível, mas não que estejamos concordando, mas estaremos acompanhando, até de maneira meio obrigada, para que seja como no ditado: “vão-se os anéis e ficam os dedos”. Então, este substitutivo que nós apresentamos é também um substitutivo com o foco exclusivo nessa relação, na relação do direito adquirido, que as pessoas possam trabalhar com tranquilidade no que diz àquilo que foi construído anteriormente, e aquilo que foi construído e que está válido até hoje permaneça e que, a partir de amanhã, nos futuros concursos públicos, passe a valer a nova regra.

Para concluir, fizemos aqui um apelo para que nós possamos aprovar este substitutivo, possamos contemplar o governo e aprovar as medidas que o governo está aqui delineando como necessárias e imprescindíveis para a Cidade, mas que seja daqui para frente, que a regra não atinja as pessoas que estão trabalhando hoje, e que assim, então, possamos criar um novo ambiente, uma nova ambiência de relacionamento propositivo para o bem da Cidade e para o bem das pessoas. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Substitutivo nº 01 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**.

Em votação o Substitutivo nº 02 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Agradeço V. Exa, Ver.^a Mônica Leal, pela condução dos trabalhos; colegas vereadores e vereadoras; servidores e servidoras. Ter esta votação na véspera dos 247 anos de Porto Alegre é um episódio lastimável, é um infortúnio, porque o infortúnio, diferentemente da tragédia, tem ação humana, e a ação humana vem do Paço Municipal, que, a cada dia que passa, deixa de lado a Procuradoria-Geral, trata com desdém o grosso dos funcionários. O prefeito diz que não tem quem possa coordenar, capitanear o processo do Plano Diretor, o que não é verdade. Não bastasse isso, todas as mazelas da capital, segundo exposição feita pelo governo, aqui, no dia 21, na audiência pública, é culpa do servidor público, dos servidores públicos. Mas esse discurso, essa ação nefasta não está circunscrita a Porto Alegre, ela vai pelo Estado do Rio Grande do Sul afora e ela campeia pelo Brasil afora. No entanto, com paciência, com muita luta, com muita organização, nós vamos pelear até o final.

Se não fossem os bravos homens e as bravas mulheres da história da humanidade, cujo voto foi conquistado somente na década de 1930, se não fosse as mulheres sufragistas, a exclusão teria continuado. Hoje ainda nós temos esta situação gravíssima de exclusão pelo País afora. Aqui, as senhoras e os senhores ouviram claramente alguns vereadores que não suportam o debate democrático, que não suportam o questionamento. Nós temos nos comportado na busca de soluções, no entanto, o que faz o prefeito? O que faz a liderança do governo? Levanta, como se diz vulgarmente, a retroescavadeira, e, não importa quem esteja pela frente, falam mais alto as indicações políticas, os cargos de confiança, e lá se vai o bom serviço público. Porto Alegre foi uma Cidade moderna, avançada. Foram pessoas de dentro da Prefeitura que fizeram, em 1914, o plano de melhoramentos de Porto Alegre; os avanços do Plano Diretor foram feitos por servidores públicos municipais. Quem segura a peteca nos postos de saúde, nas escolas, na vigilância, são os servidores, e é por isso que estamos aqui, não importando a hora em que sairemos daqui. O nosso dever é estar aqui na defesa dos interesses da Cidade, do serviço público, dos servidores. E eu dei a ordem, porque aqueles que nos acusam de populistas, de carreiristas, de falarmos apenas para as corporações, vos digo que a nossa primeira preocupação é a Cidade, a Cidade para as pessoas, a Cidade inclusiva, a Cidade que deveria ter respeito por quem trabalha. Por isso que nós estamos apresentando esse Substitutivo nº 02. Nós acompanhamos - os vereadores Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, João Bosco Vaz - a bancada do PDT que apresentou o substitutivo anterior, tivemos 12 votos. Concluindo, agora vos chamo, colegas, para acompanhar o nosso Substitutivo nº 02. Vamos em frente porque é assim que se debate, é assim que se discute, é assim que se vota. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Substitutivo nº 02 ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, tivemos, há poucos instantes, a votação do primeiro substitutivo ao PLCE nº 002/19, de autoria da bancada do PDT, que infelizmente não logrou êxito. Porém, muitas vezes, nos deparamos com situações em que as boas iniciativas, lamentavelmente, não prosperam. O Substitutivo nº 02, de autoria dos partidos que compõem a bancada de oposição, traz, dentro das modificações da Lei Complementar nº 133, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre, um ponto que eu gostaria de discutir na tarde de hoje. Nós colocamos ali dentro do escopo desse projeto, desse Substitutivo nº 02, a ampliação da licença-paternidade para 30 dias, e a sua incorporação ao Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre. Nós entendemos que a participação dos pais dentro do âmbito do nascimento dos seus filhos traz o estabelecimento de um vínculo maior nas relações interfamiliares – isso gera um ganho significativo para as famílias. Muitas das pessoas que aqui se encontram se apegam ao discurso vazio de que colocam, acima de tudo, as instituições familiares, quando, na verdade, pouco fazem para qualificar esses espaços. Oferecem tecnologia acessível e barata para os seus filhos ver porcaria nos seus *tablets*, nos seus aparelhos celulares, mas as conversas, a contação de histórias, tudo é deixado de lado. E essa iniciativa de permitir que o pai de uma criança, servidor público do Município, passe mais tempo dentro do seio familiar, dando atenção à sua família, à criança recém-nascida, incorpora esse indivíduo um pouco mais dentro dessas relações da instituição dita “família” por todos nós. Nós acreditamos que o ganho social disso é extremamente significativo, portanto, defendo essa iniciativa, defendo essa proposição. Existem alguns países – e o Ver. Marcelo Sgarbossa já trouxe projetos de lei para a discussão e votação neste plenário – que alteram justamente essa relação dos entes familiares, a partir das suas licenças, justamente para poder dedicar um tempo mais significativo aos seus bebês. Portanto, acredito piamente que o § 3.º do art. 4.º desse substitutivo é muito qualificado e tenderia a trazer ótimos reflexos para as famílias dos municipais em curto, médio e longo prazo. Portanto, fica aqui o meu registro. Nós temos, também, no § 1.º do art. 5.º, a legitimação da transformação da licença-prêmio em conversão para recursos, porque, infelizmente, existem muitas instituições, muitos órgãos governamentais em que o cidadão, o servidor público não pode tirar a sua licença-prêmio, ficando elas represadas até que o indivíduo só possa requerê-las no momento do pedido da aposentadoria, enquanto está aguardando a papelada vir do Previmpa. Em alguns casos, nem sequer isso. Portanto, fica instituído aí, então, essa modificação no art. 165 do Estatuto dos Funcionários Públicos da nossa Cidade, a determinação da conversão da licença-prêmio em dinheiro para os servidores do Município gozarem esse direito. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Substitutivo nº 2 ao PLCE nº 002/19, como autor.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Sra. Presidente, em relação ao tema dos substitutivos, eu quero deixar aqui o registro, já falamos em outras oportunidades, há aqui um desrespeito em relação ao Regimento da Casa quando diz que os substitutivos devem ser anunciados – é o que diz o artigo do nosso Regimento – e, depois, há necessidade de transcorrer duas sessões de pauta. Aquela comissão conjunta que acabou analisando os substitutivos não fez isso, portanto, em algum momento, será analisado, inclusive com possibilidade de anulação de todo esse processo da tramitação do projeto de lei. Faço aqui esse registro para não passar em branco um desrespeito frontal ao Regimento; independente de outras interpretações, está lá – agora não me lembro o número do artigo – bem dito que os substitutivos devem ser anunciados e transcorridas as sessões de pauta – esse é um princípio básico do parlamento para permitir a discussão.

O nosso substitutivo é feito na mesma linha do substitutivo do PDT. Obviamente somos contrários à tramitação do projeto do governo, PLCE nº 002/19. Ver. Márcio, nós não queremos, apesar de estar escrito aqui, fazer uma diferenciação entre os futuros servidores, os que entrarão, e os atuais. É lógico que não. Portanto não estamos concordando com isso, mas obviamente o governo, quando tentou votar antes do carnaval e foi impedido graças a uma ação judicial, já tinha feito o seu cálculo e já tinha os votos necessários, pelo menos os 19 votos, para aprovar projetos e emendas. Sabemos aqui que quem tem 19 pode abrir sessão, pode convocar sessão extraordinária, pode, digamos, movimentar como queira o parlamento. Então, o substitutivo vem na linha de garantir direitos e claro que traz temas aqui, como o Ver. Alex trouxe... Um substitutivo pode mudar radicalmente o projeto, isso é importante colocar, um substitutivo não é uma emenda, ele pode mudar totalmente o projeto, e, se nós tivéssemos aprovado o substitutivo anterior do PDT ou o nosso substitutivo, terminaria aqui a sessão, e o PLCE nº 002/19 do governo estaria substituído, com o perdão da redundância, pelo substitutivo. Então, não seria pouca coisa.

Eu quero ainda trazer a questão de fundo da discussão do projeto. Achei que os vereadores que defendem tão arduamente o projeto do governo subiriam aqui – fazem isso publicamente, achei que fariam aqui – para tentar fazer aquela comparação que não faz sentido nenhum entre a iniciativa privada e o serviço público. Fazem uma comparação no sentido de colocar a população contra os servidores do município. Dias atrás um vereador aqui, o Ver. Ricardo Gomes, fez inclusive uma enquete na internet sobre a questão dos triênios e quinquênios, acho que só sobre os triênios ele falou. Abriu a enquete, não sei por quanto tempo deixou no ar essa enquete, fazendo essa pergunta, fazendo a comparação - incomparável, eu diria – entre o público e o privado e, majoritariamente, se não me engano, 60% ou 70% das pessoas votaram a favor dos servidores. E o Ver. Ricardo resolveu tirar do ar a enquete, ao invés de continuar ouvindo as pessoas. Quero saudar essa iniciativa que pareceu genuína, sincera, queria

ouvir as pessoas através das redes sociais, mas quando ouviu o que não lhe convinha, resolveu tirar a enquete do ar. Então, vejam, esse tipo de comportamento mostra claramente um viés equivocado. A nossa primeira fala hoje, no início da sessão, trouxe um dado do crescimento da despesa - eles adoram chamar de despesa, poderiam chamar de investimento em pessoas, porque investir em pessoas é investir no serviço público. Agora há pouco uma servidora me disse que faz pilates e que a sua professora de pilates disse que a maioria dos seus alunos são servidores públicos. Fala-se tanto em movimentar a economia, os servidores são os que mais movimentam a economia, especialmente numa capital. Portanto, o argumento liberal de que devemos defender o mercado justamente vai contra o que estão propondo aqui no PLCE nº 002/19. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Substitutivo nº 02 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 25 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Márcio Bins Ely, a prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Eu resolvi encaminhar a mensagem retificativa porque ela é mais uma demonstração da pressa com que o projeto foi redigido. É uma mensagem retificativa que não muda o conteúdo do projeto, mas suprime algumas expressões, basicamente suprime uma ou duas expressões. Li e percebi que não tinha nenhuma importância. Mas alguns temas do projeto, vou ler aqui, estou com o projeto em mãos, e isso a mensagem retificativa não retifica, é o art. 4º do projeto, § 2º: “As vantagens extintas no *caput* do presente artigo serão concedidas à razão”... Ou seja, as vantagens extintas serão concedidas. É difícil entender uma lógica escrita às pressas pelo próprio projeto, e como bem lembrou aqui o Ver. Adeli, e como foi colocado na audiência pública, não passou sequer pelos procuradores de carreira do Município de Porto Alegre. Então vejam, é apenas uma observação, e espero que, depois, na redação final, em algum momento seja acertado isso, porque dizer que será concedido algo que será extinto, é difícil de conseguir compreender. É uma, mas há outras contradições de redação no projeto, e isso só mostra que a vontade mesmo era de ser aprovado antes do carnaval, às pressas, com as pessoas estando de férias, para conseguir uma aprovação rápida. Não conseguiram, foram barrados na justiça. Essa mensagem retificativa, tanto faz, não muda o caráter do projeto, apenas suprime

algumas expressões que foram, obviamente, escritas na pressa para tentar pegar a Cidade de surpresa antes do carnaval. É neste sentido que caminhamos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu vou parafrasear um dos vereadores que me antecedeu nesse período em que estou aqui ocupando uma cadeira na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, mas, infelizmente, não posso dar crédito, porque não lembro quem disse isso nesta tribuna. Mas lembro que ficou registrado na minha mente. O vereador estava comentando que um projeto que apresenta muitas emendas e mensagens retificativas é um projeto malfeito, um projeto mal escrito, um projeto desleixado, um projeto irresponsável. Esse projeto tem tudo isso e mais um pouco. Tem também o requinte de crueldade com que está sendo tratada toda a carreira dos servidores públicos desta Cidade. Essa mensagem retificativa altera algumas expressões, mas para que a população de Porto Alegre se atente ao desleixo com que foi tratada essa iniciativa de projeto de lei, alguns passos passaram em branco, como destacou aqui muito bem o Ver. Marcelo Sgarbossa, de erros banais de nexos no projeto. Nexos não é uma questão menor, uma questão associada, por exemplo, a uma concordância nominal ou verbal que passou despercebida. O exemplo que o Ver. Marcelo trouxe é um erro de nexos, e isso é grave. É grave, porque quem redigiu esse projeto não tinha competência para produzir uma redação legislativa como ela deve ter. (Palmas.) E na audiência pública que nós tivemos aqui, na quinta-feira passada, o César, da PGM, Presidente da Associação dos Servidores da PGM afirmou, categoricamente, que em reunião dos servidores do quadro desta parte importante da Prefeitura, que é a nossa PGM, nenhum servidor foi chamado a analisar essa iniciativa. Nenhum servidor, pessoas com anos de carreira, muita experiência. Em algumas redações, obviamente, há nossa total discordância, mas não no que se refere a elementos tão básicos e fundamentais quanto a assassinatos da Língua Portuguesa. Portanto, eu utilizo este momento em que está sendo analisada a mensagem retificativa para destacar a falta de qualidade com que foi produzida essa iniciativa legislativa por parte do Executivo e o desdém com que ele trata as carreiras dos servidores públicos desta Cidade. Tudo isso temos que lamentar, lamentam os servidores, obviamente lamentará a população da nossa Cidade, lamentará a nossa Porto Alegre que, em véspera de completar 247 anos, a nossa longeva capital dos gaúchos, nós, infelizmente, tenhamos alguém tão despreparado e desqualificado ocupando o Paço Municipal, e o que mais nos entristece é que essa incapacidade, essa falta de competência para gerir uma Cidade tem ecos nesta Casa Legislativa. Portanto,

deixamos aqui a nossa manifestação de indignação com relação a toda a tramitação deste projeto. O Ver. Roberto Robaina já destacou: foi apresentado e tramita às pressas. Queriam colocar para votação às vésperas do carnaval, houve pedidos de urgência. Ao invés de dialogar com a Cidade, com as pessoas que serão diretamente afetadas por isso, silencia, joga na fogueira, transfere a culpa ou a responsabilidade para esta Casa Legislativa, apesar de não ter feito bem o seu trabalho. Nossa vergonha com relação àquele que representa a nossa Cidade no Executivo.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 002/19, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Nós vamos seguir com argumentos, seguir contestando, seguir discutindo. Esse é mais um demonstrativo daquilo que o Prof. Alex falava, que é a incompetência do governo e a incapacidade do governo de gerenciar a Cidade se apoiando nos servidores públicos, por isso ocorreu o que o Prof. Alex mencionava, que nós tivemos um projeto em que sequer os procuradores do Município de Porto Alegre participaram da elaboração. Aliás, não sei quem o fez se os procuradores não o fizeram; não sei quem participou desse projeto, que é um projeto malfeito, um projeto cujo objetivo exclusivo é a liquidação do serviço público. Mas o prefeito Marchezan – e, para mim, tem lógica que o prefeito Marchezan faça isso –, a única questão clara que ele tem em termos de programa, nisso a gente não pode dizer que ele não tenha coerência, o único ponto claro que ele tem é que ele quer liquidar o serviço público. Ele está há dois anos... Se todos os projetos do Marchezan sobre o serviço público fossem aprovados, ele não saberia mais o que fazer, porque é somente o que ele quer, esse é o objetivo, ele se elegeu para isso. Ele não foi votado para isso, mas o objetivo dele é esse. Aí eu vejo gente do governo aqui, vereadores apaixonados pelo Marchezan, se suicidam pelo Marchezan, fazem qualquer coisa pelo Marchezan, eles tentam desqualificar, por exemplo, aqueles servidores públicos que são organizados sindicalmente, que fortalecem uma entidade como o Simpa, eles dizem: “O Simpa é do PT, do PSOL, uma desqualificação!”, só que essa desqualificação... Depois eles não conseguem argumentar por que os representantes dos procuradores do Município de Porto Alegre também criticam esse projeto. Ou os procuradores também são da oposição? Eles não conseguem argumentar que o Sindicato Médico veio... Sabe por que, Mauro Zacher, que eles não queriam audiência pública? Eles não queriam audiência pública porque eles não querem o debate público, eles não querem ter que explicar por que o Sindicato Médico – que ninguém pode dizer que é de esquerda, nem de centro-esquerda –, veio aqui o seu presidente dizer que ele buscou o prefeito Marchezan para negociar, que o prefeito Marchezan disse que iria negociar, que quando

o sindicato dos médicos fez alguma ressalva, fez alguma crítica, o prefeito Marchezan disse: “Não quero conversar mais com vocês! Não tem negociação com vocês!” Porque o prefeito Marchezan não aceita nenhum tipo de contestação mais radical, menos radical, conservadora, de esquerda, o que seja, porque a natureza do governo é uma natureza autoritária. O problema é que autoritarismo faz isso. Quando a gente é um governo autoritário e não trabalha com os servidores, não trabalha com gente que conhece, a gente faz um tipo de governo assim que nem um projeto de lei tem condições de ser aprovado sem que tenha correções nele, sob o ponto de vista da redação, até do português, porque este governo, quando não está atacando os servidores públicos, está perdendo verbas que o Município de Porto Alegre poderia ter verbas do saneamento: R\$ 150 milhões foram perdidos por não ter projeto.

Além disso, há os esquemas de corrupção que o governo não combateu: não combateu a corrupção do DEP. Ao invés de combater a corrupção do DEP, fez o quê? Fechou o DEP, fez com que o DEP tivesse atribuições que, agora, são centralizadas pelo DMAE. O DMAE, que resiste – está aqui o Alexandre –, é uma estatal que segue tendo lucro, apesar do governo Marchezan, que o tempo inteiro quer desmontar o DMAE! O DMAE, apesar disso, tem lucro, porque tem engenheiros, tem técnicos. Até a direção do DMAE indicou para o prefeito Marchezan que ele precisava fazer licitações para contratação de produtos para garantir que Porto Alegre tivesse água. O governo não deu bola, porque o governo não dá bola se o povo tem ou não tem abastecimento de água.

Nós, aqui, vamos, sim, denunciar este governo autoritário, que não escuta a Cidade e que não trabalha para os servidores! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 01, destacada ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, essa é uma emenda do Ver. Giovane Byl, do meu partido, onde a gente mexe na parte parcial do art. 6º, depois tem uma subemenda, onde nós retiramos o art. 6º. Então, como todos sabem, para aprovar a subemenda, nós precisamos aprovar, antes disso, a emenda do Ver. Giovane Byl, a qual peço a todos que aprovem porque, já

falamos aqui na audiência pública, falamos hoje por duas vezes, ela cria um poder que não podemos ter na cidade de Porto Alegre, pois disponibiliza várias vantagens para um grupo seleto de servidores que assim escolhe o Executivo, seja ele qual for. Então, pedimos a todos que votem a favor da emenda e da subemenda. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a Presidenta da Casa, colegas vereadores e vereadoras, público que está nos acompanhando, tanto pela TVCâmara como aqui presente, e demais funcionários e servidores públicos aqui e do lado de fora da Câmara. O Ver. Giovane Byl, que estava substituindo há poucos dias o Ver. Janta, encaminhou, na primeira emenda, o seguinte: dá nova redação ao § único do art. 6º. O art. 6º diz que fica incluído no § do art. 131, da Lei Complementar nº 133, de 1985, conforme segue: § único – a disposição prevista no *caput* deste artigo não impede a fixação, em lei complementar, de outros percentuais de gratificação por regime especial de trabalho, inclusive de percentuais diferenciados e específicos para grupos ou carreiras de servidores. Nós, enquanto bancada, avaliamos do ponto de vista que nesse aspecto até então, e pelo cenário que nós vemos, vamos votar favorável na medida em que nós percebemos que nem tudo está perdido aqui nessa situação. Portanto, vamos acompanhar a emenda e esperamos que a redução de danos tanto programada possa ser de uma certa forma a partir de então estabelecida. Estamos na Emenda nº 01, tem muitas outras emendas que dialogam com a redução de danos, com a redução de perdas, enfim, para aqueles principalmente que hoje estão na ativa. Então, nesse sentido, nós achamos de extrema importância.

Não poderia deixar de dizer que o prefeito municipal, ao encaminhar este projeto para a Casa, disse que faria uma economia – tirando direitos conquistados pelos trabalhadores – de R\$ 100 milhões em cinco anos. Se ele quisesse, de fato, fazer uma economia, ele poderia demitir, devolver, os mais de duzentos e poucos CCs que ele contratou desde o início da sua gestão. Os governos, quando querem reduzir ou fazer economia, cortam na própria carne, não na dos outros. Não a dos outros. Os senhores sabem quanto, só em CC, o governo gasta a cada ano? Sessenta e quatro milhões de reais. Nem precisaria cortar tanto – R\$ 64 milhões –, e nós estamos falando em R\$ 20 milhões anual. É uma enorme incoerência. Ele não gosta de mexer na sua casa, mas na casa dos outros está focado como nunca.

Amanhã, quando o cidadão procurar o posto de saúde, procurar uma creche, procurar uma escola, procurar um estabelecimento público e não encontrar funcionário para atender por causa da precarização dos serviços e pela falta de autoestima, de valorização do funcionário público, a população tem que entender que é porque nós temos um prefeito que simplesmente perseguiu o servidor público. (Palmas.) Perseguiu

o servidor público, e não tem gestão. Qual é a marca do governo Marchezan? O abandono da Cidade, a perseguição ao servidor público e a precarização. Será que o prefeito Marchezan conseguirá sair da Prefeitura e voltar ao Congresso Nacional?

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu também acho que não, e, inclusive, muitos dos vereadores que acompanharem este projeto do governo municipal não terão jamais o reconhecimento do servidor público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 002/19, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Quero agradecer aqui aos partidos de oposição, PT e PSOL, pelo espaço, só podemos encaminhar um por partido e um por oposição. Na verdade, é para levantar mais um tema aqui: o atropelo em fazer o projeto os obrigou a fazer uma mensagem retificativa suprimindo expressões, nada que mudasse o conteúdo, só mostrando um pouco da pressa e do aceleração para tentar votar durante o período de férias da Cidade. Agora, esta emenda proposta pelo Ver. Byl, do Solidariedade, que assumiu como suplente – depois a subemenda do Ver. Janta suprime o art. 6º –, justamente tira uma parte que previa percentuais diferenciados e específicos para grupos ou carreiras de servidores, ou seja, era o governo... Primeira cria uma expressão aqui, até gostaria de ser corrigido, o que é um “grupo de servidores”? Será que é um grupo informal? Eu chego lá na secretaria “x” ou “y” e digo: vocês aqui, desse grupo, vão ter percentuais diferenciados, tanto para cima como para baixo, mas vocês são um grupo diferente daquele outro grupo. Esse conceito de grupo, Ver. Janta, juridicamente, eu não conheço. Não sei se existe, peço que seja corrigido, depois, numa outra intervenção. Então criaria grupos diferenciados entre servidores. “Para grupos ou carreiras de servidores”. Carreira é um conceito, existe uma carreira e existe uma outra carreira, até poderia se defender essa ideia; mas “grupos” é um conceito indeterminado. Então, sei que há acordo do governo, foi falado aqui, e reconheço isso, fico contente que o governo está reconhecendo esse erro, mas o fato é que houve uma motivação inicial quando redigido o projeto. Feito às pressas, e com uma intencionalidade; aqui, a intencionalidade era criar diferenciações dentro dos servidores da mesma carreira onde servidores da mesma carreira seriam tratados como grupos diferentes.

Que bom que o governo reconheceu isso e, como nós sabemos, votará a favor da emenda para rejeitar esse artigo, e depois, na subemenda, rejeitar todo artigo. Fica aqui o registro que votaremos também a favor da emenda para não criar essa

diferenciação e essa ideia de grupos diferenciados dentro do Município de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Presidente Mônica Leal, os servidores perguntaram se não haveria possibilidade de permitir o ingresso de mais 30 servidores que estão do lado de fora, já que nós temos a noite caindo, está esfriando lá fora e nós temos, visivelmente, muitos espaços vagos nos dois lados da galeria. Se for possível, por favor, pedem para completar os espaços aqui excedentes.

Eu subo à tribuna para defender a aprovação da Emenda nº 01 em nome da minha bancada, o PSOL. Essa emenda, na verdade, não tem o efeito prático conforme a intenção, mas, como foi mencionado anteriormente pelo Ver. Cláudio Janta nesta tribuna, é necessária a aprovação da Emenda nº 01, para que nós possamos aprovar a Subemenda nº 01, que exclui o art. 6º do projeto de lei. Nós somos favoráveis a essa exclusão justamente por defender que os servidores tenham tratamento semelhante para todas as carreiras do funcionalismo público desta Cidade. Os tratamentos diferenciados são uma prática que não devem acontecer e, portanto, independente da tarefa que o servidor cumpra para o Município de Porto Alegre e a sua população, todos nós somos valorosos dentro das áreas em que atuamos, precisamos e merecemos ser respeitados por isso.

Portanto, subo à tribuna para defender a Emenda nº 01 pedindo às demais bancadas, vereadoras e vereadores, a sua aprovação e depois nos manifestaremos oportunamente para defender também a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por votos 35 **SIM**. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 07 e 15.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 01 ao PLCE nº 02/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 36 votos **SIM**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente, Ver.^a Mônica Leal, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, esta Emenda nº 02 tem um paralelo com a Emenda nº 06, do vereador da bancada do PRB. E hoje o nosso servidor público municipal, quando chega a 10 anos de função gratificada - FG, ele incorpora ao vencimento o valor da função gratificada. E pela proposta do governo, que eu repito, tenho falado sempre, não tem nenhuma regra mais sólida de transição, ele diz que, quando chega esses tempos, passa a incorporar um trinta e cinco avos lá na aposentadoria. A minha Emenda nº 02 diz que temos servidores que tem oito, nove anos de FG, temos servidores que faltam quatro, cinco, seis meses para incorporar a FG; uma regra mínima de transição deveria ter, ao menos para esses casos. Como não tem, a minha proposta diz que o servidor efetivo que contar, na data de publicação da lei complementar que insere o presente artigo, se ele contar com 70%, no mínimo, de FG, ele passaria a incorporar esse valor quando alcançar 10 anos. Esta emenda tem parecer não favorável do Executivo e tem parecer favorável à Emenda nº 06, que diz que para esses servidores que apresentam dois terços de tempo de serviço, isso significa seis anos e um pouco mais, seis anos e seis meses. A emenda da bancada do PRB deverá ser aprovada, e esta minha emenda difere, porque ela já pagaria a partir dos dez anos. Estamos votando, conto com o voto das nossas bancadas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu subo à tribuna para prestar um esclarecimento em nome da minha bancada, do meu partido, o PSOL, portanto, em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Karen Santos, de, respeitosamente, me dirigir ao Ver. Airto Ferronato, porque, dentro da tramitação do processo de votação nesta Casa legislativa, a aprovação de uma emenda, muitas vezes, prejudica emendas futuras que podem ter o mesmo sentido, porém, uma outra redação e uma outra intencionalidade e, às vezes, a sua aprovação faz com que nós não possamos apreciar as outras iniciativas, as outras emendas que versam sobre o mesmo teor. A nossa visão é que a regra de transição proposta pelo Ver. Airto Ferronato é novamente trabalhada em outras iniciativas que virão posteriormente e que trarão o impacto menor para a carreira dos servidores públicos municipais. Então, não estou falando que as regras de transição serão positivas para as carreiras dos municipais, elas vão trazer prejuízos, vão trazer abalo remuneratório, obviamente, mas trazem um pouco menos de prejuízo para aqueles servidores que aqui estamos tentando lutar ao lado e defender. Portanto, eu encaminho em nome da minha bancada, pedindo escusas ao Ver. Airto Ferronato, autor dessa emenda, pela rejeição da Emenda nº 02. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 01 voto **SIM** e 34 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro quero explicar por que votei contrariamente à Emenda nº 02, de minha autoria. Como a Emenda nº 06 tem posição favorável de vereadores do governo, se aprova a Emenda nº 02, de minha autoria, correríamos um sério risco de ver a emenda vetada, o que prejudicaria os servidores municipais, porque eu acredito ainda que a emenda era interessante, sim, mas votei contra. E a nossa Emenda nº 03 é a emenda que trata do art. 1º do projeto. O art. 1º do projeto mantém um básico que eu já disse, diversas vezes, muito baixo, e o regime passa a ser parcela individual e pela redação do artigo não se corrige. A nossa proposta na Emenda nº 03, como eu disse diversas vezes, para tentar amenizar a questão de perdas dos servidores que, repito, serão grandes, ela prevê a correção monetária, ou melhor, a correção do regime nos mesmos percentuais de reajuste do valor básico. Portanto, é uma emenda que tem, sim, a sua importância e como nós, nas negociações, temos apoio da base do governo, vamos aprovar essa emenda com a subemenda que será apresentada. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 34 votos **SIM**.

Em votação a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sra. Presidente, colegas vereadores, encaminho, aqui, em nome da nossa bancada do MDB, e quero aqui fazer uma referência que essa foi uma subemenda, então, aproveitando a redação que havia sido dada e aprovamos pela emenda do Ver. Airto Ferronato. Vou fazer uma referência que é importante, que nasceu de um diálogo que nós tivemos com diversas entidades representativas dos servidores públicos municipais, que faço questão de citá-las. Foi, nessa reunião que tivemos, após algumas reuniões individuais, onde tivemos essa reunião conjunta, Ver. Cecchim, com a Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre - APMPA, a Aiamu, Ascontec, Acespa, Sindicâmara e o Centro de Estudos do HPS, ASDMLU. Também tivemos reuniões individuais com alguns servidores da rede municipal de ensino, da PGM e do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários - TART.

Quero fazer uma referência a essas entidades, porque nasceu de um diálogo que soube consertar um problema acima das diferenças. E nós estamos...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Por favor, Ver. Carús, eu lhe asseguro o tempo. Senhores e senhores, por favor, solicito que se mantenham em silêncio para que o Ver. Carús possa finalizar a sua fala.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Então, resumindo, a nossa subemenda define a parcela individual, garante o reajuste do que muitos servidores, que sempre estiveram abertos e disponíveis para o diálogo, a exemplo da nossa bancada, porque, nessa subemenda nós não vamos fazer com que a redação original do projeto prevaleça, e eventuais reajustes, a revisão geral, reposição incidirão sobre o básico que, de fato, é muito baixo. E o aceno feito pelo g num futuro projeto que venha para reestruturar as carreiras municipais, essa questão do básico baixo seja corrigida e terá o nosso apoio. E, além disso, nós vamos garantir, com a aprovação da subemenda, que tudo isso - e vou repetir para quem tem dificuldades ou não querem ouvir - reposição, revisão, reajuste incida sobre básico, mais o valor que é percebido pelos regimes de trabalho de todos os servidores, num cenário - vamos aqui enfrentar esse tema com sinceridade, vou repetir o que disse num pronunciamento anterior: existe maioria do governo para aprovação dos votos. Existe maioria de votos, uma previsão de que o governo aprove o projeto. Esta emenda garante o que muitos dos servidores que não fizeram dessa discussão palanque político e não fizeram dela um cavalo de batalha ideológico. E nos chamam aqui de cara de pau; faço questão, depois, de esclarecer aos que nos chamam de cara de pau, que não é verdadeiro. Nós construímos com os servidores que quiseram fazer concertos no projeto, e não nos furtamos ao diálogo. E esperamos que os vereadores até mesmo da oposição aprovem, porque, em sendo aprovado o projeto, será importante para a categoria. Para quem grita contra aquilo que é bom para vocês mesmos, só podem apoiar “Lula Livre” e outros absurdos políticos que estão em nossa Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O objetivo do governo de fazer uma votação sem debate, sem audiência pública, sem democracia, é justamente confundir, impedir que haja clarificação até mesmo do que está sendo discutido. E o MDB, neste caso o Carús, que em algum momento foi independente, mas hoje não é, hoje é um defensor do governo Marchezan, assim é que as coisas têm que ser ditas, aqui

não tem nenhuma concessão real aos servidores públicos; ao contrário, o que acabamos de votar, a proposta do Ferronato, é uma proposta correta - nós acabamos de votar. Não precisa votar a subemenda proposta pelo MDB. Não precisa! A proposta do Ferronato já garante que haja os reajustes pelo vencimento. Sabem o que Carús, irritado, quer nos fazer votar? Escuta Carús, deixa de ser sustentador dessa política! Escutem todos: o que é que tem na subemenda do MDB? Na emenda que nós acabamos de aprovar, sobre o valor da parcela individual de remuneração a que se refere, não incidirão quaisquer vantagens pecuniárias percentuais, salvo os percentuais relativos às revisões gerais dos vencimentos. Pois o MDB quer propor o que, além disso? Que a partir da data de publicação da lei complementar que insere esse artigo, as gratificações por regime especial de trabalho não mais poderão ser majoradas por qualquer acréscimo decorrente do tempo de serviço. É isso que o MDB quer que a gente vote. Nós não vamos votar isso, nós não vamos assinar embaixo o fim da carreira dos servidores, que é a subemenda do MDB. O objetivo dessa subemenda, Bosco, o objetivo que ela tem, além referendar o pacote do Marchezan, é de impedir que se vote, aí sim, o esforço real, Carús, não manobra de discurso, que o Ver. Cassiá tem tentado fazer de, pelo menos, preservar os servidores atuais. Uma emenda terrível, porque nós temos uma concepção de serviço público cuja carreira tem que servir para os atuais e para os futuros. Mas o Ver. Cassiá tentou estabelecer uma proposta que permitisse a votação dos vereadores do PRB, de todos os vereadores que por aí estão dispostos a preservar algo da carreira. E a proposta do Cassiá fica prejudicada com a aprovação dessa subemenda do MDB. É este o único objetivo dessa subemenda: fazer com que a gente dê um cheque a favor do pacote do Marchezan, que liquida o reajuste a partir do tempo de serviço, que é a essência do pacote, e pede o debate ao redor das propostas do Cassiá, que são propostas que tentam preservar o direito dos servidores atuais, em troca de aceitar que os servidores futuros entrem dentro do novo regime do governo Marchezan. Essa é a proposta do Cassiá, que deveria e deve ser apoiada; a subemenda do MDB é simplesmente apoio ao pacote do Marchezan.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.) (Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu vou suspender a sessão se não houver ordem nas galerias e dentro do plenário. Solicito que os vereadores voltem aos seus lugares e as pessoas que estão nas galerias... Senhoras e senhores, nós não vamos admitir nenhuma agressão verbal. Sentem-se e escutem o vereador que está na tribuna para permanecerem na sessão. Senhoras e senhores, silêncio, o Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

(Tumulto no plenário.) (Manifestações nas galerias.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Presidente, eu quero só fazer uma referência, acho que os ânimos estão acalorados em função da discussão; aquilo que foi dito fora do microfone por mim e pelo Ver. Robaina não é nada pessoal, é fruto de uma discussão política e divergências. Por minha parte, reconheço que possa ter havido algum excesso. Então, para que a gente continue a sessão numa boa, o Ver. Valter está com a palavra, e nós queremos que a discussão fique exclusivamente no campo político e não no pessoal. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Carús.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver.^a Mônica, só que o que nós queremos, só o que nós estamos fazendo é defender o que nós pensamos. Quando eu faço acusações, eu faço acusações políticas; quando eu sustento... É uma opinião que eu tenho, o Carús pode não estar de acordo, mas eu tenho a opinião que o MDB e o PSDB estão coligados e aprovando esse pacote por essa aliança. É o que eu penso, isso eu vou dizer sempre. Não quero brigar, não quero personalizar nada disso...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Roberto Robaina. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Meus colegas vereadores, senhoras e senhores, Sindicâmara, Astec, Associação dos Procuradores, outras várias entidades, eu acho que o que está havendo aqui - e eu queria pedir aos meus colegas do plenário um pouquinho de colaboração - é, principalmente, um ato de extrema injustiça, mas não se pode esperar generosidade na luta política, porque a luta política, às vezes, infelizmente, é perversa. Há pessoas que têm propósitos, propósitos políticos, certos, sabidos, definidos e determinados; e tem inocentes úteis que repetem, quase que da forma de um robô, o que não sabem.

Sra. Presidente, eu vou ler para vocês o que diz o § 2º e vou dizer o que diz o Simpa. Diz o seguinte (Lê.): “Sobre o valor da parcela individual de remuneração a que refere o § 1º deste artigo não incidirão quaisquer outras vantagens pecuniárias percentuais salvo os percentuais relativos às revisões gerais dos vencimentos”. O que se garantiu com isso? Que não houvesse aquilo que o próprio Simpa dizia que ia haver: o congelamento da parcela autônoma. É exatamente isso que nós garantimos aos municipais. Esclarecemos, Ver. Ferronato, com todo respeito, a sua emenda, que, com a devida vênia, deixava dúvida, estava mal redigida. Votamos a favor da sua emenda, lhe ajudamos a aperfeiçoar, Ver. Ferronato. Então, senhoras e senhores, por isso, a injustiça. Alguns de vocês não compreenderam e outros estão sendo mal orientados pelo Simpa, porque nós estendemos a mão para ajudar. É verdade!

Agora, dizia Augusto dos Anjos o seguinte: “Vês! Ninguém assistiu ao formidável enterro de tua última quimera, só a ingratidão - esta pantera - foi tua companheira inseparável. Acostuma-te à lama que te espera! O homem, que, nesta terra

miserável, vive entre feras, sente inevitável necessidade de também ser fera. Toma um fósforo. Acende teu cigarro! O beijo, amigo, é a véspera do escarro. A mão que afaga é a mesma que apedreja”. Vocês, com o vereador Carús, foram o que sempre têm sido, pequenos espíritos extremamente ingratos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, nós paramos no início a sessão para formular o acordo de algumas emendas em que haveria, eu não digo um consenso, mas algumas emendas que, no entender das bancadas e no conjunto dos vereadores, poderiam melhorar o que não pode ser melhorado, mas nós achamos que poderiam melhorar. Então, nesse acordo, incluía a subemenda que nós estamos discutindo agora; o acordo não se faz, mas quando se faz temos que cumprir. Nós fizemos um acordo na subemenda porque entendemos que a subemenda corrige mais outra coisa no projeto, para as senhoras e para os senhores, porque não se pode dar aumento sobre percentual; as senhoras e os senhores não teriam mais nenhum aumento. Não pode dar aumento sobre percentual. É impossível dar aumento sobre percentual, e isso já é matéria consolidada por todos os tribunais: não pode dar aumento sobre percentual. O que se corrige com a subemenda é que é uma parcela individual, então poderá dar aumento para as senhoras e os senhores. E não adianta fazer assim com a mão, porque eu sou sindicalista, disso eu entendo e muito bem, como já falei para o governo sobre a questão do direito adquirido. Não foi revogado o direito adquirido na Constituição. Não foi revogado. Até hoje não apareceu em lugar nenhum que servidor municipal, estadual ou federal não faz parte do direito adquirido. Está lá na Constituição. A diferença de dois anos garante direitos iguais para qualquer um dos trabalhadores. Isso é direito adquirido. Não é porque tem e quem não tem não possa ter, tem uma carência de dois anos. Isso é o direito adquirido. Isso aqui, simplesmente, não está permitindo - essa subemenda - o congelamento do percentual para as senhoras e para os senhores. Eu acho que temos que nos desarmar aqui. Volto a dizer o que já falei, os 36 membros desta Casa não estão aqui para fazer mal para ninguém. Nós queremos ajudar. Nós queremos ajudar, nós não estamos levando aqui questões partidárias, questões de interesse pessoal, nós queremos fazer o melhor para a cidade e salvar o que dá, porque, no ano passado e no ano retrasado, o mais importante para a vida das senhoras e dos senhores era o regime de dedicação exclusiva, era o mais importante para as senhoras e os senhores. Então, nós já salvamos muito, por isso não está no projeto. Nós queremos salvar mais, muito mais ainda. Então, senhoras e senhores municipais, nos ajudem a melhorar o que der nesse projeto. E volto a afirmar: o regime de dedicação exclusiva, que é a principal bandeira dos trabalhadores do Município de Porto Alegre, qualquer outro operário que teria um prejuízo de 50% no

seu salário, está fora deste projeto, está assegurado nesse projeto das senhoras e dos senhores.

E não adianta dizer que não, está assegurado porque não consta a RDE, RDI neste projeto e não vai constar em projeto nenhum, porque esta Casa - bem dizer o governo mandou este projeto para cá - não vai aprovar nenhuma redução de RDE. Vocês podem trazer para cá o Gre-Nal aqui para dentro, podem vir querer trazer para cá os maragatos e chimangos, mas nós estamos aqui fazendo o possível para corrigir o melhor para os municípios de Porto Alegre e para a população de Porto Alegre neste projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, estou aqui discutindo a subemenda nº 01 até em razão do que falou o Ver. Valter Nagelstein. O Valter leu o § 2º dizendo que a emenda está mal redigida, e o § 2º da subemenda é transcrição literal da emenda, não tem uma vírgula diferente daquilo que está na emenda. Portanto a emenda está bem redigida.

(Manifestação do Ver. Valter Nagelstein fora do microfone.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Não, não trocou o artigo, só trocou lá em cima. Eu, com toda sinceridade, e eu estou velho na Casa, não consegui entender, e ninguém explicou o que diz a primeira redação, art. 37-A.

(Manifestação do Ver. Valter Nagelstein fora do microfone.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Depois nós vamos conversar, porque eu não entendi. O § 1º diz que os valores relativos aos aumentos percentuais que incidem sobre a gratificação por regime especial de trabalho, decorrente dos anos de serviço e percebidos pelos servidores até 30 dias após a publicação dessa lei, que insere o presente artigo, passarão a compor a sua remuneração como parcela individual que se submeterão às disposições previstas para as convocações do regime especial. Não consegui entender que redação é essa, com todo o respeito, e onde vamos chegar com ela. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 002/19, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite, senhoras e senhores, na verdade, eu só pedi para usar o tempo de liderança do meu partido, o PSOL, para esclarecer alguns aspectos que surgiram durante aquele momento mais acalorado do encaminhamento desta subemenda. O Ver. Cláudio Janta usou a tribuna para falar que havia sido feito, no início desta sessão, um acordo para aprovação de algumas emendas e subemendas. O que houve, na verdade, foi uma reunião das lideranças à frente do plenário, e o líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro, indicou quais as emendas e subemendas que o governo dava acordo para aprovação - ponto. O Ver. Mauro Pinheiro comunicou o que o governo estava dando acordo para aprovação. Em momento nenhum se fechou um acordo para formação de um bloco dessas emendas e a aprovação compulsória dessas. Então eu acredito que o Ver. Cláudio Janta se equivocou quando colocou que foi feito um acordo, porque não houve acordo algum. Nós discutimos a possibilidade da existência de um acordo; o acordo não foi sacramentado; nós não demos concordância porque tínhamos dúvidas com relação à Subemenda nº 01 à Emenda nº 03, esta que estamos votando agora, e nós não concordamos com a Emenda nº 20, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. Não concordamos! De forma alguma permitiríamos que ela fosse votada dentro desse pacote, dentro desse bloco. Portanto, eu assumi a responsabilidade de esclarecer isso, para que não ficasse o dito pelo não dito. Não houve acordo nenhum. Houve a tentativa de encaminhamento de uma discussão, de um debate para ver se teríamos um acordo. O governo colocou as suas diretrizes, e não houve concordância. Foi isso que aconteceu, não foi, Ver. Mauro Pinheiro? Então, estamos analisando emenda por emenda, subemenda por subemenda por subemenda - todas elas foram destacadas - e vamos seguir os nossos trabalhos. Portanto, o Ver. Roberto Robaina expôs o nosso ponto de vista, a nossa opinião, e seguimos daqui em diante. Um abraço a todos e sigamos as nossas discussões as nossas votações.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 03 ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**. Está prejudicada a Emenda nº 17 e, parcialmente, a Emenda nº 21, quanto ao item I.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Só para esclarecer e fazer justiça, Presidente, esta emenda é da bancada do MDB, do vereador que vos fala, do Ver. Valter Nagelstein, do Ver. Carús, do Ver. Mendes Ribeiro e da Ver.^a Lourdes Sprenger.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 002/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadoras e vereadores, servidores e servidoras, cidadão e cidadãs de Porto Alegre têm que ouvir, saber o que se passa na cidade de Porto Alegre. Caberá a nós, amanhã, depois de amanhã, no próximo período, palmilhar a Cidade, buscar o vizinho, falar com os alunos, com os pais das crianças e adolescentes, no postinho de saúde que não tem médico; a partir de amanhã, se eu caminhava e rodava alguns quilômetros por semana, farei 3, 4, 5, 10 vezes mais.

(Manifestação fora do microfone do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): A provocação do Ver. Valter Nagelstein não me atinge, é o estilo Valter Nagelstein que eu não quero saber; ele que responda para as pessoas que o seguem porque eu vou responder para o povo humilde da nossa Cidade. Aqui nós derrotamos o Marchezan em várias coisas, em projetos que no ano passado vos atacavam; a nós, a todos atacou! Lembro aqui que ele queria acabar, trucidar com o sistema de táxi em Porto Alegre, porque ele é fissurado, ele é apaixonado, ele é vidrado em aplicativo. Ele acha que dá para atender em, em um posto de saúde, uma pessoa, uma criança, nesse início de outono, com asma, por aplicativo; só pode ser, porque ele despreza o atendente, ele despreza a servidora e o servidor da saúde, porque quem propõe um projeto como esse é contra a Cidade, é contra o serviço público, é contra o servidor. Por isso, nós vamos acompanhar essa emenda; e, se preciso for, estaremos aqui mais e mais vezes para discutir, para debater e nos contrapor às maldades que vêm do Paço Municipal.

Não são apenas maldades, são apenas incompetências também, porque, quando se trata de judicializar algumas coisas, Ver. Mauro Zacher, nós vamos nos utilizar também dos furos, Bins Ely, dos furos, Bosco, das próprias redações esdrúxulas que não passaram por um procurador de carreira, mas por algum CC talvez que esteja aqui; me desculpe, mas essa gente precisa voltar a frequentar a faculdade de direito, mas, afinal de contas o Bolsonaro quer acabar também agora com o exame da Ordem, então é gandaia geral, faz-se qualquer coisa, não se respeita mais nada, não se respeita profissão, não se respeita carreira, mas nós não vamos desistir, nós não vamos apenas resistir, nós vamos caminhar altivos, porque nos conforta o que as pessoas sentem numa parada de ônibus lotada, num ônibus da Carris caindo aos pedaços, uma empresa pública que foi a melhor do País. Nós vamos defender o serviço público, custe o que custar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 002/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Senhoras e senhores, eu fiquei preocupado e, ao mesmo tempo, esperançoso. Eu vou começar pela esperança, que é o que deve nos mover. É obvio que nós temos aqui divergências, diferenças com o prefeito, com o governo, visão diferente de cidade, mas queremos uma cidade muito melhor e trabalhamos para isso. Andando nas ruas, a gente vê a questão do asfalto, do buraco, a gente vê o mau atendimento nos postos de saúde, a gente vê os professores resistindo porque sexta-feira não tinha expediente, e o secretário Adriano mudou, aí quiseram... Ligados lá à ATEMPA. A gente quer uma cidade melhor. E eu fiquei muito esperançoso porque o Adeli disse que vai começar a caminhar, que bom, vai fazer bem para a saúde dele. Vá aproveitar que a gente está fazendo um centro de convivência para os servidores aqui na Câmara, vai se inspirar no Janta que já emagreceu muito, que faz bem para saúde, no Ricardo, que está magrinho agora, não é? E acho que ele deve andar muito ocioso, não está caminhando e vai começar a caminhar. Eu fiquei muito feliz com isso, está precisando emagrecer, o que faz bem para a saúde. Então, Adeli, eu fiquei feliz com isso e fiquei esperançoso que a tua saúde fique bem, pelo menos alguma coisa vai mudar. Há algumas coisas que ele não vai conseguir mudar, mas têm outras que ele vai mudar. Agora, eu fiquei preocupado com outra questão: quando o Adeli disse que vai convocar vocês, que são massa de manobra, para que nas escolas falem com as crianças. Ver. Professor Wambert, eu lembro, no ano passado, quando trouxeram crianças da rede pública aqui, na Câmara, com crachás. Quando ele disse que vão fazer esse trabalho nas escolas, eu fiz um pacto no ano passado de manter arquivado o Escola sem Partido. E agora eu vou dizer o seguinte: esse pacto está rompido; nós vamos levar adiante, porque não é possível, Ver. Cecchim! A ameaça de aparelhamento das nossas escolas, que sabemos que tem, e da influência sobre as nossas crianças, é um desrespeito aos pais, é um desrespeito às famílias! Ir lá fazer dentro da sala de aula, com uma criança de seis, sete, oito, nove, dez anos, proselitismo político, influência política, Ver. Cassio, Ver. Rafão, Ver. Brum, é um crime de lesa-humanidade, é um crime contra a consciência das pessoas, é um crime contra o direito dos pais, Ver. Medina! Tem que se respeitar a hipossuficiência de uma criança dentro da sala de aula. E o que ele disse aqui é que, além disso, nos postos de saúde, vão fazer um trabalho contra aquela pessoa que chega adoentada no posto de saúde. Isso é um prenúncio de uma ofensa ao Estatuto do Servidor Público, porque não pode, no horário de trabalho, naquilo que é tarefa sagrada e o compromisso profissional do servidor, misturar a questão política ou a questão remuneratória, justa de qualquer trabalhador, com questões que tenham que ver com a missão, com o mister, com o desiderato e com o trabalho que o servidor público tem. Agora, um policial, porque o governo não pagou, vai chegar lá o Valter para registrar uma ocorrência, ou o advogado de uma parte, e ele não vai registrar a ocorrência? Ou ele vai começar a trabalhar a parte contra o governante e dizer o seguinte: “Olha, nós não estamos aqui registrando a ocorrência, ou nós não vamos lhe dar o atendimento de saúde, porque o prefeito está destruindo lá a nossa carreira”. Mas

o que é isso? Mas o que é isso? Quem fizer isso, digo, alto e bom som, olhando no grão do olho, de quem tem a tarefa também de fiscalizar o serviço público; quem fizer isso, senhora - que eu já me referi à senhora, da outra vez, está até mais calma dessa vez né, está mais calma -, está atacando a população, está atacando as nossas crianças, está atacando os nossos pobres, está atacando as nossas famílias, merece a abertura de um processo disciplinar, merece responder porque não está atuando condignamente com o juramento que fez com a função que tem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 002/19, pela oposição.

(Manifestação nas galerias.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas vereadoras, colegas vereadores, desculpem-me por eu ter que usar novamente esta tribuna, mas eu vou desenhar. Eu vou desenhar!

O que eu falei era a defesa da liberdade, a defesa de disputar a consciência, o coração e a mente das pessoas. Quem é que falou aqui que iria fazer qualquer proselitismo dentro da sala de aula?! Puxem a gravação. Eu não falei isso. Quem é que disse que, ao atender a pessoa dentro do posto de saúde, alguém faria proselitismo? Quem falou isso?! Algum fantasma, porque é só puxar a gravação, e o meu interlocutor será desmentido. Eu estou propondo as ruas, eu estou propondo os parques, que o governo quer privatizar, porque essa balela de parceria público-privada do prefeito não é a verdadeira parceria público-privada. Esta eu votei favorável: a parceria público-privada efetiva.

Agora, quem faz terceirização nefasta é o governo quando, no HPS, eles não respondem, dizem que tem 15 pessoas no telefone da empresa terceirizada. É mentira, não tem. Tem 35 motoristas, e não queriam pagar as horas extras. Agora, a empresa, o sujeito saiu - na semana retrasada, foram duas pessoas - e para tudo, tem que treinar os dois da empresa terceirizada, que amanhã vai estar em Alvorada, treinado pela Prefeitura de Porto Alegre, com o dinheiro de Porto Alegre, usufruindo uma empresa privada.

Por isso que vamos votar nesta e nas emendas que diminuem o estrago que esse projeto vai fazer na Cidade. Eu não sou da política do quanto pior, melhor; eu quero as coisas boas para a Cidade. E não tem nenhum problema quando aparecer alguma proposta correta de votar favoravelmente. Nós votamos até financiamento da Caixa Econômica, quando o governo tinha acabado de perder mais dinheiro no DEP do que o empréstimo da Caixa Econômica. Quem é que perdeu dinheiro? A Câmara aqui nunca se contrapôs a qualquer medida que ajudasse a Prefeitura como instituição pública, muito menos a Cidade de Porto Alegre. Então, para certas pessoas é preciso

desenhar, desenhar, porque as pessoas não querem entender. A provocação é bárbara; a intolerância é pior. Eu acho que algumas pessoas que gostam de dar lição aqui de filosofia deveriam se pautar... Eu estou no meu tempo; se você não achar bom, vá para casa, não seja mal educada, não seja grossa, não seja estúpida, porque eu estou respeitando os meus 5 minutos. Eu estou respeitando os meus 5 minutos. Mas as pessoas estúpidas são assim, são intolerantes, defendem tudo por um cargo de confiança. Eu não me dobro, eu não me rendo, eu sou democrata, mas não aceito provocação. Abaixo o fascismo e a provocação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 002/19, como autor do destaque.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Obrigado, Sra. Presidente, eu quero dizer aqui, como já disse o meu colega Adeli Sell, que votaremos favoravelmente a esta emenda, de autoria do Ver. José Freitas, porque ela ajuda a melhorar o projeto. É muito simples aqui; há vários colegas vereadores aqui que já foram secretários ou que são secretários. O Ver. Idenir Cecchim foi secretário. Nenhum secretário governa se não tiver chefes de equipes que sejam valorizados, que tenham as suas FGs e que essas FGs possam ser incorporadas. Não tem ninguém que governe se isso não existir, deputada Sofia Cavedon, V. Exa. também já foi Secretária da Educação, uma excelente Secretária de Educação. V. Exa. também, Ver. João Bosco Vaz, foi um excelente Secretário de Esportes da cidade de Porto Alegre. Diga-se de passagem: secretaria essa que foi extinta, não existe mais. Parece que não existe cultura e esporte na cidade de Porto Alegre.

O que eu quero dizer aqui? Que o debate que nós estamos fazendo é um debate que envolve - vou repetir aquilo que eu disse aqui, Ver. Airto Ferronato - a essência de uma gestão pública e da cidade de Porto Alegre. É um equívoco os colegas virem aqui discutir, Ver. Ricardo Gomes, V. Exa. que usou essa expressão antes, que esse projeto não é para favorecer meia dúzia de funcionários públicos. Não! Este projeto é para favorecer 1,47 milhão de habitantes e Porto Alegre. Por quê? Porque funcionário público bem remunerado, qualificado, com condições de incorporar aquilo que está no acordo quando é contratado, ele trabalhará com êxito, trabalhará com qualidade. E aí eu quero dizer que lá na periferia, lá no posto de saúde da Restinga, do Rubem Berta, ou lá no aeroporto, na região leste e na região norte da cidade de Porto Alegre, quem é que trabalha lá? Quem trabalha é o médico que lá vai, é o enfermeiro, o auxiliar de enfermagem, o pessoal do PSF, que bate perna o dia todo pelas comunidades, que cai nos buracos, que pula esgoto não tratado. É disso que nós estamos falando. E a emenda do Ver. José Freitas diz o seguinte: “Não. Não espera 30 anos para incorporar. Incorpora já, no início dessa emenda.” Então, ele qualifica o projeto; é uma questão simples, mas é o debate de como que nós observamos e reconhecemos o funcionalismo

público. Os procuradores que ali estão, com certeza, se tivessem revisado esse projeto, não teria vindo aquela emenda retificativa que o próprio governo mandou para corrigir erros. Erros, pois não combinavam alhos com bugalhos. Se o projeto fosse votado daquele jeito, não teria sido aplicado, seria considerado inconstitucional. E aqui dizer que o projeto do MDB, o Valter veio aqui dizer... O MDB vai pagar agora, o MDB não, porque já saiu do Governo. O Sartori foi um dos que mais aumentou a dívida do Rio Grande do Sul e perdeu, na semana passada, para o CPERS, o parcelamento que ele aplicava. Agora, o Estado vai ter de pagar milhões ao funcionalismo público por uma gestão mal aplicada. É isso que nós estamos discutindo aqui, nesse momento, sobre esse projeto. Nós entendemos que não valorizar o servidor público municipal, na sua essência, é desconstituir um trabalho de qualidade para a Cidade.

E eu já disse, aqui dessa tribuna, Prefeito Marchezan, nos deixe ajudar que não vai faltar água na Cidade; basta entregar para os funcionários públicos, meus colegas engenheiros, arquitetos e outros do DMAE, que tem projeto, que tem dinheiro, que tem qualidade, que isso vai acontecer com tranquilidade na Cidade. E eu concluo, Sra. Presidente, dizendo que é isso que nós estamos discutindo, por isso que nós votaremos favoravelmente a esta emenda. Acredito que os 36 Vereadores vão votar favoravelmente, porque essa emenda ajuda a qualificar o projeto e garante o direito do funcionalismo de ter reconhecido naquilo que se chama função gratificada. Grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 002/19, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Presidente Mônica, colegas Vereadores e público que nos assiste, não pode usar o nome de Deus em vão. A Emenda nº 06 nós fizemos a três mãos: Ver. Alvoní Medina, meu colega de bancada, Ver. Hamilton e o Ver. Cláudio Conceição. Ela altera o parágrafo 4º do artigo 5º do PLCE nº 002/19, para que seja permitido ao servidor que conte com dois terços ou mais do período para incorporação da FG; na verdade o que vai valer vai ser a subemenda. Peço, desde já aos colegas vereadores para apreciarmos a Emenda nº 06 e a subemenda. O que vai valer vai ser a subemenda nº 1, que dá nova redação ao artigo 5º, restabelecendo o percentual de 4% ao ano no exercício da FG - isso quer dizer que a alteração dessa subemenda prevê o recebimento de 4% para cada ano de tempo de contribuição sobre a função gratificada, até completar 100%. Então, na verdade, quando completar os 100%, 4% vai ser incorporado a cada ano, e quando se aposentar, leva tudo. Era isso.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 20h43min.)

* * * * *